

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

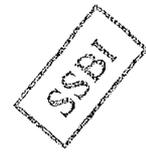
A RETENÇÃO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS NO MUNICÍPIO DE
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - PARÁ

AMILSON MOREIRA DA CRUZ

MARABÁ
2005

PEDAGOGIA
ETIQUETA Nº 040

AMILSOM MOREIRA DA CRUZ



**A RETENÇÃO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS NO MUNICÍPIO DE
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - PARÁ**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao colegiado
do curso de Pedagogia , como
condição para obtenção do grau
de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Orientador: Prof^o. ANTONIO LUIZ SILVA SOARES

BIBLIOTECA JOSINEIDE TAVARES
UNIFESSPA

MARABÁ
2005

AMILSON MOREIRA DA CRUZ

**A RETENÇÃO ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS NO MUNICÍPIO DE
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - PARÁ**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao colegiado
do curso de Pedagogia, como
condição para obtenção do grau
de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. *Antonio Luiz da Silva*

Prof. *Joara Rita N. de Oliveira*

Prof.^a _____

**MARABÁ
2005**

DEDICATÓRIA

À Sofia Lahra Viana Cruz, minha filhinha querida
e Ivaneide Vasconcelos Viana, esposa e amiga.

Amilson Moreira da Cruz

AGRADEÇO acima de tudo a Deus por me conceder a graça de chegar até aqui, pois iluminou meu caminho. Meu carinho aos professores que me ajudaram nesta jornada acadêmica. Aos amigos que me deram força para que este trabalho fosse concluído, em especial a meus irmãos Averlândio, Aílson, Nilza, Silvana, Nilvana e Patrícia, que sempre apostaram na minha formação acadêmica. Aos meus familiares que muito contribuíram para realização desse trabalho e em especial a meu pai Anízio Cabral da Cruz e minha mãe Maria José Moreira da Cruz, sempre presentes quando precisei.

“A vida é frágil e viver é um lindo
momento quando se sabe amar”

Kim e Julio – Componentes da banda
Catedral

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
CAPITULO I	
A EDUCAÇÃO E A RETENÇÃO	
ESCOLAR.....	14
CAPITULO II	
AS POLÍTICAS DE MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO NA ESCOLA	
CRIANÇA FELIZ.....	19
CAPITULO III	
RETENÇÃO DENTRO DA ESCOLA CRIANÇA FELIZ – ANÁLISE DOS	
DADOS.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	75

RESUMO

Da educação escolhi trabalhar a retenção escolar na Escola Criança Feliz, São Domingos do Araguaia – Pará, por entender que esta é uma mazela que afeta e assola grande parte de nossas escolas e que nesta o fator se manifesta de forma acentuada, visto que a média anual de aprovação ultrapassa pouco mais do que cinquenta por cento do alunado. Optei por verificar por que uma escola que possui dois programas de melhoria da qualidade de ensino (PDE e PDDE) e, ainda assim apresenta baixos índices de aprovação após anos de sua implantação.

Nesse contexto, após mapeamento do movimento escolar nas séries iniciais nos anos pesquisados (2002, 2003 e 2004), e estudo dos programas desenvolvidos na escola em lócus, a constatação exata dos condicionantes dos baixos índices de aprovação, se deu no relacionamento destas informações, com entrevistas a vários seguimentos que compõem a comunidade escolar, direção, coordenação, professores, pais e alunos, a saber como estes consideram e tratam o problema da repetência e evasão escolar, os vários fatores e processo, do tipo didático-pedagógico, planejamento, formação e participação da comunidade escolar, que orientam as condições de sustentabilidade a prática de ensino.

Após análise dos dados, pude perceber que existe nesta escola um distanciamento na busca da qualidade da educação pelo descompromisso de alguns profissionais e do governo local, que compromete o desenvolvimento de ações consistentes do tipo administrativo-pedagógico a um melhor desempenho da unidade escolar. Um dos fatores que cerceiam esse fracasso é o sistema social local, que na forma como se apresenta condicionando os pais e as crianças da escola em lócus a uma incômoda situação econômica, desfavorece o rendimento escolar do aluno, pela incapacidade da escola de ministrar uma educação levando em conta as particularidades da vida social destas crianças. Alia-se a estes, a falta de contextualização dos conteúdos ministrado a realidade das crianças para que possa ganhar sentido diariamente, sua presença na escola.

INTRODUÇÃO

É sabido no Brasil que a escola, principalmente a escola pública, não tem conseguido acompanhar de maneira satisfatória o crescimento da clientela estudantil, nem tampouco as necessidades e as diversidades sociais que se mostram presentes. O fracasso escolar tem se mostrado presente nas escolas públicas em decorrência de vários fatores que passam por questões sociais, econômicas e culturais.

Muitos estudos têm sido feitos com relação ao fracasso escolar, principalmente no Ensino Fundamental. Porém as ações têm se mostrado, na maioria das vezes insuficientes para sanar este problema.

O problema da evasão e da repetência no ensino brasileiro não é um fato recente, o baixo índice de aprovação é um fator que se tem conhecimento há décadas e a pesar da luta de profissionais intelectuais e de sindicatos representativos de setores e categorias da educação como o dos professores e, de algumas ações do poder público, na busca de "melhoria" desses quadros, a reprovação escolar é um problema ainda a se vencer, pois falta verba às escolas, falta uma valorização dos profissionais da área, falta formação adequada, e falta projetos comprometidos com a qualidade do ensino escolar.

O fracasso escolar está entre os principais problemas da educação brasileira, uma vez que sua presença pode significar a ausência de outros instrumentos que condicionam e beneficiam a uma educação de qualidade e ao sucesso escolar. A presença de elevados índices de reprovação em estatísticas publicadas no país, denuncia a gravidade do problema.

Muito já se discutiu sobre o assunto; questionamentos e causas foram levantados, entre elas a avaliação, que aparece sempre como papel preponderante, como finalidade de um processo educativo, determinante de quem é ou não capacitado. O fato é que a retenção escolar chega a ser cruel e humilhante e antieconômico. Cruel e humilhante para o aluno, uma vez que o estigmatiza como incapaz de galgar os degraus das séries superpostas no sistema do ensino escolar. Reduz o aluno ao aquém dos seus pares e o classifica pela sua incompetência; antieconômico para o aluno e o governo.

Para o aluno por que gasta em dobro ou em triplo com material escolar; para o governo por que eleva o custo por aluno a dois ou três quando poderia pagar apenas por um.

Com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino no país e diminuir o índice de evasão e repetência, o governo federal tem subsidiado diversas ações que servem de sustentação para que os estados e as prefeituras possam planejar ações efetivas de combate à retenção escolar, como os programas: Projeto de Desenvolvimento da Escola e o Plano Dinheiro Direto na Escola, presente na escola Criança Feliz, lócus da pesquisa.

O problema da evasão e da repetência escolar no Ensino Fundamental parece apontar para dois fatores principais: Um de ordem pedagógica e um de ordem social. O pedagógico aponta principalmente para uma dificuldade de operacionalizar as ações educativas dos professores e poder público para o que acontece em sala de aula. Ao assumir a regência de uma sala de aula, o professor não consegue estabelecer uma prática coerente entre a bagagem construída ao longo da graduação e a realidade das práticas conservadoras do contexto no qual se insere; o social aponta para dois fatores: O mau aparelhamento das escolas públicas e a não democratização da permanência do aluno na escola, consequência da seletividade social.

Diante desta situação o município de São Domingos do Araguaia, não é diferente, também existe no seu sistema de ensino, um movimento similar de evasão e repetência escolar que por sua vez não estão alheios aos olhos dos órgãos competentes, no entanto o fato se sucede a cada ano sem que seja tomada alguma ação mais direcionada por parte do poder público local no tratamento do problema.

É nestes termos, de conhecimento desta situação, e na condição de acadêmico e sujeito social que percebo na educação enquanto profissionais atuantes, preocupados com o ensino da escola pública, um dos possíveis caminhos para a transformação social, é que busco através deste estudo compreender o significado destes índices de repetência e evasão para os vários atores envolvidos neste contexto escolar.

Dessa forma, o estudo se justifica por ~~identificar~~ e analisar os principais fatores responsáveis pela retenção escolar nas séries iniciais na

escola Criança Feliz, e apontar possíveis soluções viáveis que venha a contribuir para a redução destes índices de evasão e repetência escolar.

Nestes termos, é feito uma análise da postura do professor (mas não só dele) diante dos fatos negativos de/aprovação/ presentes na escola, da sua percepção à gravidade do problema, contribuição, luta contra ou omissão diante dos fatos; análise das condições físicas e materiais da escola, assim como o apoio atribuído pelo corpo administrativo aos professores e alunos deste estabelecimento de ensino.

O presente trabalho é embasado teoricamente em estudos bibliográficos de pesquisas já desenvolvidas sobre o tema, estando acrescida de trabalho de campo, na colheita e análise dos dados, visando um resultado satisfatório dentro daquilo que o assunto exige enquanto pesquisa.

A abordagem se faz nos termos qualitativos e quantitativos, pelo fato de ter um ambiente natural como sua fonte direta de coleta de dados e o pesquisador como principal instrumento (Meng Ludke e Marli André, 1986).

A coleta dos dados é feita através de aplicação de questionários, a professores pais e alunos, relatórios estatísticos da secretaria da escola do índice de reprovação percebido dentro das series pesquisadas e no registro de observações em lócus.

Em São Domingos do Araguaia, apesar do conhecimento que se tem dos altos índices de evasão e repetência escolar na rede municipal de ensino, ainda não é sabido de nenhum estudo nesta esfera publica, se fazendo de extrema importância um trabalho como este.

Estudar sistematizadamente as causas e conseqüências da retenção escolar, se faz necessário para propor alternativas que ajudem a solucionar ou a diminuir essa situação no município.

Diante disso algumas questões surgem perante o tema trabalhado. Será que os professores estão bem capacitados para trabalhar com alunos que apresente dificuldades na aprendizagem? ou será que a aprendizagem não é um fator de dificuldade do aluno e sim da forma como o processo de ensino é realizado? A escola está bem estruturada e equipada com recursos didático-pedagógicos capazes de atender as necessidades de professores e alunos? Existe alguma relação do fracasso escolar com as dificuldades financeira da família do aluno?

O desenvolvimento deste trabalho busca saber ainda, por que apesar do conhecimento da má situação no índice de aprovação dos alunos desta escola, os programas desenvolvidos PDE e PDDE, não têm êxito dentro dos objetivos, de melhorar os índices de aprovação dos alunos na Criança Feliz.

Até que ponto os resultados negativos pode perdurar sem maiores preocupações pelos professores e a comunidade escolar de forma geral, sem provocar maiores mudanças nas suas atitudes e comportamentos ou mesmo nas suas praticas? Porque diante do problema e de posse dos programas, Plano de Desenvolvimento da Escola e Programa Dinheiro Direto na Escola, de investida no revertimento dessas mazelas estabelecidas, não se consegue chegar há um êxito, uma vez que estes programas têm dado certo em outros estabelecimentos de ensino (Sobrinho, 2001)? Até que ponto a falta de profissionalismo e compromisso diante do problema compromete o alcance de resultados satisfatórios no desenvolvimento de uma educação escolar de qualidade?

Questões como estas orientam e determinam à pesquisa, por que se mostram capazes de influenciar o desempenho escolar da criança.

Inicialmente imaginei fazer um trabalho com base somente em duas séries do ensino fundamental (3ª e 4ª), por ter um conhecimento inicial mais próximo da situação a ser pesquisada apenas nestes seguimentos, do estado assíduo de repetência e evasão que denomina o fracasso escolar.

Contudo, num levantamento mais demorado das demais séries iniciais que compõem o quadro educativo da escola, pude perceber que a situação se aliava às demais séries desta e que o estudo poderia se estender a elas. Ainda, de posse dos dados estatísticos do rendimento escolar da clientela da escola, concretizei que esta é uma vertente que vem se afirmando há anos e que oscila anualmente o grau de rendimento por série.

De posse desse conhecimento, visando uma maior eficácia da pesquisa, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: uma primeira parte que embasa o estudo teoricamente, diante de profissionais que já desenvolveram trabalhos respeitadas dentro da problemática, entendendo a reprovação e a evasão como um fator de exclusão da criança ao demais movimentos do saber escolarizado, e conseqüentemente de bens que dependem direto ou indiretamente deste saber; a segunda parte discute as políticas publicas de

melhoria na qualidade do ensino na escola em lócus, o Plano de Desenvolvimento da Escola e o Programa Dinheiro Direto na Escola, o contexto e a eficácia destes programas no rendimento escolar do aluno nos anos pesquisados, 2002, 2003 e 2004, numa leitura de resultados através de tabelas e gráficos, relacionando os índices de repetência e evasão firmados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz, aos programas nesta desenvolvidos; na terceira parte descrevo, discuto e analiso a opiniões dos entrevistados (professores, pais e alunos), suas posições, idéias e perspectivas perante os baixos índices de aprovação presente na escola Criança Feliz.

CAPITULO I – A EDUCAÇÃO E A RETENÇÃO ESCOLAR

O ensino escolar esta presente em toda e qualquer sociedade moderna. Praticada desde a Antigüidade, em comunidades como a Grécia, Egito, já havia instituição que reunia pessoas especialistas com a finalidade de promover a educação, como Platão que em A República por exemplo, formula a tarefa central de toda a educação: passa gradativamente da percepção ilusória dos sentidos para a contemplação da realidade pura e sem falsidades (Gadotti, 2001). Passando por Santo Agostinho que na época medieval defendeu a idéia de que, como toda necessidade humana, também a aprendizagem, em ultima instancia, só pode ser satisfeita por Deus (*idem*). Chegando até o pensamento moderno com por exemplo John Locke que fundou a moderna educação inglesa, cuja influencia pedagógica ultrapassou as fronteiras de sua pátria (*ibidem*).

A educação na modernidade adquire um valor irrenegável para o estado e para a família, tornando-se o colégio uma instituição essencial à sociedade, Áries (1981) no processo de formação do homem moderno.

O valor de formação atribuída à educação na Idade Moderna transformou-se em paradigmas nas sociedades contemporâneas, aliando ao crescimento das comunidades um sistema educacional definido e de responsabilidade legal do Estado.

Segundo Cunha (1988) esta por sua vez, ganhou no ultimo século uma dimensão inegável no cenário histórico mundial. As camadas sociais menos favorecidas antes negada de freqüentar aulas “começaram” a freqüentá-las. No entanto, a generalização da educação elementar fez-se sob o mar da separação das classes sociais.

Brandão (1990, p. 40) conceitua a educação dizendo que esta,

ajuda a criar tipos de homens, mas do que isso ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e os legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que em conjuntos constroem tipos de sociedades.

Diante desse conceito, é importante observar que nas novas comunidades onde se instala, ou seja, se institui a educação formalizada, ser comum a influência sofrida na cultura por outros saberes, como o do tipo pedagógico que traz em si uma variedade de informações novas, por conta dos interesses de quem o constitui, sobretudo o Estado a partir da modernidade.

Sobre a escola Rodrigues (1996, p. 60), compreendendo a função que ela exerceu e ainda exerce no meio social hoje, de justificar status da supremacia econômica e política de uns poucos, diz que:

a escola necessária é a democrática, a que faça uso de uma educação que compreenda as diversas interferências e interesses que perpassam a sociedade e que organiza o ensino de forma a levar o educando a compreendê-los e a compreender o papel de cada um, individualmente, e o de cada grupo organizado, para poder interferir nas ações dessa sociedade.

Nesse aspecto todo de acesso (e também permanência) à vida escolar, se encontra o fantasma do abandono e da repetência, ou o fracasso propriamente dita.

Muitas são as possibilidades onde possa residir o problema da retenção escolar: de problemas oriundos da má situação econômico-social da família da criança como o mau da fome, ou da necessidade do trabalho na ajuda financeira aos pais; da má qualificação e da ausência de compromisso (omissão) do profissional educador na falta de uma prática consistente e sensibilizada não desperta um rendimento que deveria alcançar em suas atividades com os alunos; do próprio sistema de ensino selecionador, incapaz de perceber na criança um potencial humano em desenvolvimento.

Para essas possibilidades da causa do fracasso escolar, as especulações dos estudos a cerca do problema, é uma prática que vem sendo desenvolvida há anos no campo de pesquisa em meio à comunidade científica, e os resultados demonstram uma variação de situações pesquisadas e que sempre esbarra na definição do conjunto integrado de formas excludentes da parcela de baixa renda da população. A consciência do direito à educação básica universal avançou, porém não conseguimos que a escola se estruturasse para

garantir esse direito, ele continua como uma instituição seletiva e excludente, Abramowic e Moll (1997 p. 13).

Esse caráter seletivo das escolas brasileiras se justifica no aparato ideológico do estado que sustenta as bases da estratificação social, preposto no sistema de ensino, que muitas vezes é assumido pelo professor (mesmo que de maneira inconsciente) e transposta em sua prática pedagógica, na forma de educar e avaliar o rendimento escolar.

Uma educação com avaliação que não considera os diferentes contextos que a criança possa está inserida, e simplesmente reprova por não conseguir estabelecer uma ligação entre os conteúdos ministrados e as necessidades diárias de sua clientela, se descaracteriza da realização de uma educação identificada com a atualização histórica e cultural do indivíduo. E, desta forma se mantém a favor da uma submissão política, econômica e cultural de uma classe a outra. A educação e avaliação tradicional, baseada em exames e provas exteriores ao processo de ensino na qual se insere na prática das reprovações anuais está articulada com o próprio método de ensino antieducativo de nossas escolas (Perrenoud, in Paro, 2001) ou seja, dá instrução sem o propósito da educação instigativa, reflexiva e inclusiva.

Esta prática é percebida principalmente no ensino fundamental, baseado num modelo objetivo, no uso de testes e medidas do conhecimento do aluno.

Para Souza (1993, p. 25), essa forma representa o fracasso escolar, a evasão e a repetência, pois diz ela, estão relacionados a modelos inadequados, parciais e fragmentados de avaliação.

A educação na forma do ensino escolar juntamente com a saúde, habitação, dentre outras, integram as necessidades básicas do núcleo social, que são de direito do cidadão garantido pela constituição. Eles representam a essência da vida social e devem ser garantidos também no plano real da vida humana.

A noção desses direitos como referência de vida é válida pela necessidade da busca de uma educação, que garanta o acesso e o sucesso na vida escolar do indivíduo, e que na prática o ensino propicie todas estas características tidas sempre distantes da realidade social brasileira.

A um ensino de qualidade, é fundamental que nos objetivos da educação escolar, deve se fazer presente a preparação do indivíduo para o exercício

pleno de sua cidadania, ou seja a educação escolar através de seu processo de ensino deve ao aluno, prepará-lo intelectual, cientificamente e profissionalmente, possibilitando sua compreensão a cerca da realidade social, econômica, política e cultural na se encontra inserida, assim como, condicioná-lo a uma efetiva participação no processo de mudança dessa sociedade.

A presença constante da repetência e da evasão no sistema de ensino brasileiro demonstra que os objetivos da educação de formação do indivíduo para o exercício pleno da cidadania não têm se efetivado, uma vez que constam altos números divulgados em pesquisas de trabalhos científicos denunciando estes índices, mantendo-se, dessa forma, a repetência e a evasão escolar como forma disfarçada de manter o povo na ignorância, e assim, perdurar a dominação de uma classe sobre a outra, ou seja a maioria pobre sob o domínio da minoria rica.

A dominação é o tipo de relação que nega a subjetividade do outro, na medida em que este é tido como mero objeto das ações e interesse de quem o domina, é impedido de afirmar-se como autor, como condutor de ações condizentes com sua vontade livre, identificadora de sua condição de ser humano histórico (Paro, 2001).

A posição de “expectador trabalhador” diante dos fatos sociais, nos remete a uma eterna prisão à vontade alheia.

Estabelecer e efetivar os objetivos da educação, enquanto formação plena da pessoa humana, significa trabalhar o educativo com a certeza de abordar uma ação cuja natureza se articula diretamente com a realidade vivida pelos educandos, pois essa articulação, aliada a uma dada concepção de mundo, direciona a ação dos homens (Rodrigues, 1996).

A presença de índices muitas vezes elevados da repetência e evasão escolar no sistema de ensino brasileiro, denuncia que existe neste meio uma falta de articulação exposta nos moldes acima.

A educação neste contexto, salva as particularidades de algumas escolas que já possa ter percebido a gravidade do processo, deve necessariamente, reformular seus objetivos considerando a criança enquanto ser que carrega consigo uma bagagem cultural particular, fruto do seu meio, possível de se

valorizar e ampliar a partir de uma política e prática pedagógica responsável,
comprometida com os interesses sociais como um todo.

CAPÍTULO II – AS POLÍTICAS DE MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO

2.1 – O Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE

A história da educação brasileira tem nos mostrado um quadro negativo na forma de possibilitar e conceber o ensino institucionalizado no país. Isso por que, desde os primeiros movimentos da educação no ensino fundamental no tempo colonial, ministrada pelos jesuítas, chamada de “primeiras letras”, que até pouco tempo recebia o nome de primário ou 1º grau (Monlevade e Ferreira, 1998), passando pela republica até a promulgação da última constituição federal em 1988, ela (educação), se caracterizou pela forma extremamente elitista que era na época colonial, destinada a pequena parcela da população (branca, urbana e masculina), e seletiva, aberta para entrada da maioria e estruturada para o sucesso de uma minoria (*idem*).

No início dos anos noventa, a educação brasileira inaugurou um novo momento, vividas por profundas transformações nos seus objetivos, funções e organização.

Na ânsia de adaptar-se às novas demandas ditadas pela globalização, foi atribuída ao sistema de ensino nacional uma nova bandeira na educação, a competência de formar para a empregabilidade, a competitividade e para as exigências da sociedade no século XXI (Oliveira, 2000).

Dentro destas perspectivas, tais transformações é fruto de varias iniciativas de políticas públicas a nível nacional que busca melhorar a qualidade da educação básica (definida a partir da constituição de 1988 como uma modalidade de ensino que engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio), e ao mesmo tempo diminuir os índices de evasão e repetência no ensino brasileiro.

Neste sentido, alguns caminhos trilhados pós LDB, pode ser visto na lei 9424, de 24 de dezembro de 1996 que regulamenta o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental de Valorização do Magistério), que, a exemplo da busca dessa melhoria na educação, a iniciativa do governo, procurando responder às demandas que as novas formas de

planejamento e gestão, com a preocupação de atribuir relativa autonomia aos municípios e as escolas, para que possam captar mais recursos na fonte, apontam entre União, estados e municípios, novos arranjos nas suas relações (Oliveira, 2000).

Outro elemento que certamente aponta para melhoria da qualidade da educação brasileira é a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que discute e subsidia em sua composição o desenvolvimento profissional de professores e especialistas da educação dentro das diversidades que se apresenta o contexto da clientela de nossas escolas, apoiando o sistema de ensino no desenvolvimento de propostas pedagógicas de qualidade.

Dentro as políticas educacionais de melhoria da qualidade do ensino brasileiro, as que hora se faz presente na Escola Criança Feliz, podemos destacar o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, os quais constituem a principal fonte de financiamento deste estabelecimento de ensino.

Desenvolvido a partir de um programa do Ministério da Educação, o FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola, e de parceria entre estados e municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e cofinanciado pelo Banco Mundial, que prescreve nos seus objetivos a melhoria do desempenho do ensino fundamental, visando a qualidade escolar, melhoria nos resultados educacionais, e o aprimoramento da gestão das escolas e das secretarias estaduais e municipais de Educação (Sobrinho, 2001, p. 15), o PDE, é um instrumento gerencial de planejamento estratégico da escola em participação da comunidade, que aqui se faz presente mais enquanto componente do conselho escolar, ou quando é requisitada sua presença em alguma reunião corriqueira na escola.

É fundamental a consciência da comunidade à sua presença na escola, ela deve ser feita de forma mais ampla ultrapassando as reuniões de pais e mestre usada para discutir o comportamento deste ou daquele aluno, ou para assinar boletins. É preciso que a comunidade conheça e entenda que sua participação efetiva na escola se faz de extrema necessidade na elaboração de ações e tomada de decisões desta. No entanto para exercer um papel como este é preciso que os pais ou qualquer que seja o representante da comunidade tenha conhecimento, entenda e saiba participar e buscar melhores condições

para qualidade na educação do seu filho, junto à própria escola, comunidade e poder público.

Essa qualidade, é vista dentro do PDE como o aprimoramento da gestão da escola, que entre outras, busca à qualidade do ensino e um melhor desempenho dos alunos, estabelecendo funções e atribuições na execução do plano e seu monitoramento. Para tanto, é definido porém, os valores, a missão, a visão, objetivos estratégicos, estratégias, metas e as ações da escola (Sobrinho, 2001).

A política deste programa está centrada na organização e no trabalho conjunto da comunidade escolar, de autonomia e gerenciamento de recursos financeiros. Enquanto autonomia financeira é definida pelo governo federal em parceria com o municipal o repasse direto de uma quantia a ser aplicado pela escola, mediante o que ela decida como prioridade para a melhoria do ensino, via aprovação do conselho escolar.

Embora esta autonomia, traga consigo a marca da participação política da comunidade escolar nos termos democráticos de ministrar os recursos destinados à escola (fato que acontece também com os recursos do PDDE), essa marca é posta de forma limitada, visto que além deles serem poucos para atender as necessidades das escolas, existe uma margem de itens que não se pode ultrapassar na compra com os recursos destinados à escola.

Para desempenhar e alcançar os objetivos estabelecidos, a escola que desenvolve o projeto do PDE conta com a disponibilidade de recursos financeiros, recursos emitido diretamente do FUNDESCOLA / Ministério da Educação para as instituições escolares, cujo valor é baseado na quantidade de alunos do ensino fundamental, e destinado ao financiamento de parte das ações a ser desenvolvidas na escola.

Para uma escola ser contemplada pelo programa (PDE), deve possuir no mínimo a quantia de duzentos alunos matriculados no ensino fundamental, devidamente constatados pelo censo escolar. A instituição escolar, deve ainda possuir condições mínimas de funcionamento, um diretor que exerça liderança na escola e por fim, deve ser uma unidade executora constituída junto ao FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Escola).

Os recursos do PDE são destinados a financiar parte das ações previstas no programa, como: compra de materiais didático-pedagógicos e

financiamento de cursos como em utilização de jogos pedagógicos em sala de aula e etc., prioritariamente aquelas que levam inovações e mudanças ao processo ensino aprendizagem em sala de aula, como a compra de equipamentos de software, materiais, bens e serviços que auxiliem o professor (Kit's pedagógicos, livros, mapas, capacitação de professores e etc.), com o propósito de melhoria da prática docente e logo do processo de aprendizagem dos educandos. Para tanto, é avaliado e reelaborado anualmente o Projeto de Melhoria da Escola, que faz parte do seu processo de implantação, e é tido como um requisito fundamental para a aquisição dos recursos, onde na forma de ações planejadas a escola organiza sua agenda de execução.

Neste contexto, a escola participante do Plano de Desenvolvimento da Escola é acompanhada e avaliada por equipes da Secretaria de Educação e por um assessor técnico que monitora o andamento dos trabalhos em sua execução, dependendo da avaliação o processo pode ser revisado e consolidado a receber novas parcelas de recursos.

2.2 – O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Assim como o PDE, o PDDE é um programa do governo federal que repassa dinheiro direto para as escolas públicas¹ estaduais, distritais e municipais do ensino fundamental, implantado desde 1995, pelo Ministério da Educação (MEC) e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Entendida pelo MEC, como uma política descentralizadora dos recursos federais, no atendimento às necessidades da educação, o PDDE tem por finalidade, dar assistência financeira suplementar diretamente à escola, a “resolver problemas diários de manutenção da unidade escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias, etc.); de necessidade de material didático pedagógico, além de outros, de modo a assegurar as condições indispensáveis ao bom funcionamento da unidade de ensino, reforçar a participação social e a autogestão escolar e por conseguinte concorrer para a

¹ E às de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas e por elas mantidas. Sobrinho (2001, p. 14)

elevação da melhoria da qualidade do ensino fundamental” (Ministério da Educação, 2002, p. 4)

Em outras palavras este programa possui algumas das mesmas características do PDE, discutida no item anterior que se denomina como uma autonomia das escolas na gerências de recursos financeiros. Por isso mesmo apresenta alguns dos mesmos problemas sentida na execução daquele, recursos insuficientes para atender as necessidades da escola são sentidas, assim como a limitação de bens a ser adquirido e serviços a ser a realizado dentro de uma tabela pré-estabelecida pelo governo que disponibiliza os recursos.

Para receber os recursos, qualquer escola pública que ministre o ensino fundamental, com mais de 20 alunos matriculados recenseada pelo MEC, pode ser beneficiada, desde que a prefeitura municipal e a secretaria municipal de educação do estado e do Distrito Federal se interessem em participar, onde o dinheiro é depositado numa conta bancaria aberta pelo FNDE, em nome da prefeitura municipal (ou da secretaria de educação do estado e do Distrito Federal, se for esta). No caso de escolas com mais de 99 alunos (como é o da escola Criança Feliz), é necessário à criação de uma unidade executora própria, como associações de pais e mestres, por exemplo, representativa da unidade de ensino compostas de pessoas da comunidade escolar, constituída para receber e executar os recursos do programa, à escola representante.

O programa tem no número de alunos matriculados e recenseados no ano anterior, a base de cálculo do valor a ser destinado a cada instituição escolar.

Dos bens a ser adquiridos ou serviços a serem contratados, deve ser decidido democraticamente, provinda da unidade de ensino. Assim, como o PDE, no Programa Dinheiro Direto na Escola, devem ser eleitas as prioridades, uma vez que o dinheiro não atende de forma satisfatória a demanda escolar. Contudo, este deve visar “a garantia de funcionamento da escola, a elevação da qualidade do processo ensino-aprendizagem e a efetivação da proposta pedagógica da escola.” (Ministério da Educação, 2002, p. 11).

2.3 – A escola Criança Feliz

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz está localizada na Rua Ipê, S/Nº, no Bairro São Luis, periferia da cidade de São Domingos do Araguaia – Pa.

Fundada em 1990, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz foi criada especialmente para atender as necessidades educacionais da comunidade do bairro São Luis, surgida a partir da invasão de um terreno negociado pela prefeitura destinada a construção de casas populares com recursos da COHAB (Companhia de Habitação do Pará) - fato que não se concretizou – na época em que São Domingos do Araguaia ainda era distrito do município de São João do Araguaia (Silva, 2004. p, 32).

Considerada uma escola de pequeno porte, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz está situada numa área urbana que não dispõe de maiores condições de saneamento básico, do tipo rede de esgoto pública, asfaltamento das ruas que lhe dão acesso e sistema de coleta de lixo regular. Além dessas o único benefício básico que desfruta, juntamente com a comunidade (e ainda é um privilégio se comparado a outros bairros da cidade), é o abastecimento de água servida periodicamente, fornecido pelo governo municipal, com um poço artesiano que fica dentro das dependências da escola.

Sua composição é feita por 06 (seis) salas de aula, divididas em 03 (três) pavilhões, contendo duas salas cada pavilhão, todas em perfeito estado de conservação e uso, que funciona nos turnos matutino, intermediário, vespertino e noturno, sendo este último com educação de jovens e adultos, devidamente divididos em uma primeira e uma segunda etapa – sistema supletivo – oferecida pelo município. A escola Criança Feliz dispõe ainda de 01(uma) cozinha, agregada a uma pequena área usada como refeitório, 01(um) depósito de merenda e 02 (dois) banheiros, todos localizados no primeiro pavilhão que acompanha o muro do lado direito da entrada, 01(uma) secretaria que também funciona como sala dos professores e direção, onde, nesta mesma sala faz uso também como espaço de trabalho os auxiliares de secretaria, orientador pedagógico e profissional em serviço de computação,

disposta no segundo pavilhão (ao centro), dividido por um pequeno corredor que dá acesso ao terceiro. No mais, a escola é contemplada com 01 (uma) grande área livre utilizada para recreação e prática de educação física.

Dos recursos materiais, a escola dispõe de carteiras suficientes para a quantidade de alunos que atende, possui vídeo cassete, televisão, máquina de datilografia, computador equipado com impressora e scanner, máquina fotográfica, mimeógrafo, um pequeno acervo bibliográfico e alguns materiais didáticos (jogos pedagógicos, etc.), todos em bom estado de conservação e funcionamento.

O corpo administrativo é composto por uma diretora com licenciatura plena em pedagogia pela UVA (Universidade Vale do Acaraú), uma coordenadora pedagógica, licenciada em pedagogia pela UNAMA (Universidade da Amazônia), além de vinte e um servidores que exercem funções de apoio diversificadas tais como, serventes, vigias, auxiliares administrativos e outros. Além deste corpo administrativo a escola conta com um Conselho composto por representantes de toda a comunidade escolar.

O corpo docente da escola é composto por vinte professores, sendo que dezesseis desses possui o magistério, três são graduados em Pedagogia pela UVA, e um graduando também em licenciatura plena em pedagogia pela UVA, que exerce a função de professor de educação física.

O corpo discente da escola é composto atualmente por 535 alunos, matriculados do maternal à 4ª série, em sua grande maioria provindos de famílias humildes que compõe a comunidade do bairro São Luis, lavradores e donas de casa, que possuem um histórico escolar consideravelmente baixo, acompanhado do analfabetismo.

De uma forma geral, a maior parte dessas famílias são imigrantes nordestinos atraídos principalmente pela oferta de emprego nas indústrias madeireira instaladas pouco antes da criação daquele bairro (Silva, 2004. p. 35), no mais, a clientela se completa com crianças do bairro vizinho Novo São Luis, que não dispõe de escola em sua comunidade e se deslocam para a Criança Feliz.

A clientela da escola está distribuída da seguinte forma em 2005:

DISTRIBUIÇÃO DE SÉRIES POR TURMA E TURNO:

Série	Quant.	Turno			
		Manhã	Inter.	Tarde	Noite
Maternal	01	01			
Jardim	02	02			
Alfa.	02	01		01	
1ª	04	01	01	02	
2ª	03	01	01	01	
3ª	03		02	01	
4ª	02		01	01	
Etapas	02				02

Fonte: Secretaria da Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz.

Nessa distribuição a maior quantidade de alunos está concentrado nas séries que vai do maternal à segunda, diminuindo a sua quantidade nas séries seguintes, e respectivamente a quantidade de turmas. Ficando distribuída o numero de alunos respectivamente com: 141, 120, 98 e 52 de 1ª à 4ª série.

Os números de matrícula denunciam a diminuição no sucesso escolar dos alunos, reafirmada na queda de turmas à medida da série seguinte.

Esses números demonstram também que as maiores quantias de alunos estão nas primeiras e segundas séries.

A explicação para que isto aconteça pode está presente nos primeiros contatos da criança com o "estranho" mundo da escrita, estranho por que para muitas crianças pobres, é na escola que mantém os primeiros contatos e que por muitas vezes pela ausência deste contato prévio, ao contrário do que acontece com grande parte das crianças de melhor condição financeira, que vivenciam no âmbito familiar seus primeiros movimentos de alfabetização e decodificação da linguagem escrita, a forma (metodologia) quando lhes são apresentadas não surte resultados satisfatório capaz de convencer seu avaliador à promoção para a série seguinte.

Em 2000, a Escola Criança Feliz foi beneficiada pelo PDE (Projeto de Desenvolvimento da Escola), que disponibiliza dinheiro para financiar a compra de materiais administrativos permanentes (computador, vídeo e etc.) e pedagógicos (livros, jogos didáticos e outros), assim como financiar ações que possibilite o melhoramento da qualidade do ensino-aprendizagem, com

cursos formadores em novas metodologias e utilização de jogos pedagógicos em sala de aula.

Como base orientadora das praticas educativa, a escola Criança Feliz não dispõe de um projeto Pedagógico mais específico, capaz de direcionar as atividades dos professores. Além do PDE, os professores se norteiam apenas em alguns conteúdos organizados por eles (com objetivos, metodologia e sugestões de atividades), sob a orientação de uma coordenadora pedagógica, no que eles denominam como “plano de ações”.

Os gastos da escola são cobertos com verbas disponibilizadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, que assim como o PDE é fruto de convênio do FUNDESCOLA (Fundo de Fortalecimento da Escola) com o Governo Federal e, complementado com recursos municipais.

Outro fator que certamente influencia muito na vinda da criança a escola, é a merenda escolar, sobretudo daquelas crianças provindas de famílias extremamente pobres, pois em alguns casos a merenda escolar pode se tornar um dos principais motivos pelo qual se fazem presente na aula.

Neste quesito, a distribuição da merenda na Escola Criança Feliz é feita pelo SEMAE (Serviço Municipal de Assistência ao Educando), e planejada pelo Conselho Municipal da Merenda Escolar, que por vez se dar de forma inadequada e insuficiente, já que não é o bastante para suprir a quantidade de alunos em relação ao tanto de dias estipulados no calendário da merenda escolar.

Apesar de ter completado quinze anos de funcionamento, a escola Criança Feliz, não dispõe de autorização junto ao Conselho Estadual de Educação. Para responder burocraticamente pelos seus problemas, ficando delegada assim a responsabilidade à Secretaria Municipal de Educação.

Segunda a direção, a escola é bem vista na comunidade, as grandes dificuldades da gestão está na falta de recursos pedagógicos, na ausência dos pais no ambiente escolar, e na indisponibilidade de alguns professores, por ela relatada como falta de incentivo.

Esse conjunto de fatores, relatados pela administração da escola, pode de alguma forma representar ou justificar o elevado numero de repetência entre os afunos, uma vez que a utilização de bons recursos pedagógicos, a presença e acompanhamento dos pais aos filhos na escola e o compromisso

profissional de todos os atores envolvidos na vida acadêmica do aluno, é de uma fundamental importância para que se registre o sucesso da criança em sala de aula.

2.4 – O PDE na Escola Criança Feliz

Perante os critérios acima detalhados, necessário à inclusão de uma escola ao Programa de Desenvolvimento da Escola – PDE, de posse da criação do Projeto de Melhoria da Escola, requisito básico para aquisição do recurso do programa, onde na forma de ações planejadas antes do início do ano letivo, a escola a partir de um levantamento das necessidades mais urgente e um diagnóstico estatístico pedagógico baseado nos anos anteriores, eleja as prioridades de atendimento do programa, e numa análise do rendimento escolar estabeleça novas metas para o ano, direcionada ao favorecimento de um ambiente de valorização do aluno que lhe possibilite um maior e melhor rendimento escolar.

Nesse contexto, o Projeto de Melhoria da Escola foi elaborado pela primeira vez na Criança Feliz, em fevereiro de 2000, sendo aprovado pelo Grupo de Desenvolvimento da Escola (responsável pelo gerenciamento das ações planejadas e a ser executada no período estimado de duração) no final do mesmo ano, com execução prevista para o ano de 2001.

A maioria das ações elaboradas no projeto de melhoria da escola Criança Feliz, alencada nos objetivos estratégicos de 2001, se concentrava na busca de melhorar o rendimento dos alunos e aumentar os níveis de aprovação entre eles, na forma denominada estrategicamente pelo grupo de sistematização do PDE da escola de “concentração de esforços nas disciplinas (português e matemática) e séries críticas”, “capacitação de professores na utilização de novos recursos didáticos (jogos pedagógicos, materiais alternativos e etc.) nas disciplinas: português e matemática, nas séries com menor índice de reprovação (1ª e 2ª séries) tidas como críticas”, e aula de reforço aos alunos que não estavam alcançando rendimento escolar satisfatório.

As ações diretamente relacionadas à prática de sala de aula concentravam cerca de 62,5%, e as outras 37,5% mais ligada à “melhorar o desempenho da gestão da escola” (que também implicam na prática docente), com estratégias de comunicação e estabelecimento de objetivos e metas anuais, e aquisição de materiais (computador, mesa, papel, armário, e etc.).

A composição destas ações demonstra que a evasão e a repetência escolar na Criança Feliz há muito, é um fato conhecido pela direção e demais seguimento da escola, e que por isso mesmo se caracteriza como uma problemática antiga neste estabelecimento, mas será que antes da implantação deste programa esse fator problemático influenciava de alguma forma o gerenciamento da escola e a maneira de tratar este problema pelos professores na busca de soluções para o problema?

Essa pergunta é feita sobretudo levando em consideração que a partir de sua elaboração, do projeto de melhoria da escola Criança Feliz, como via de regra do programa, deveria ser avaliado e reelaborado a cada ano. Contudo, na escola Criança Feliz, esse fator desde 2001, ano em que foi implantado de fato o programa, até o momento da coleta de dados para esta pesquisa, só aconteceu uma única vez (em 2003), um ano após sua implantação.

As causas do não cumprimento na reelaboração do projeto de melhoria da escola a cada ano após sua avaliação no final do ano letivo como estabelece o PDE, pode ser atribuída a dois fatores principais: primeiro por causa do diretor que assumiu a gestão da escola naquele ano e não soube dar continuidade aos trabalhos do programa, que entre elas está a reelaboração do projeto, e dentro dele (projeto) as ações que o compõem.

É válido saber que a atual direção da escola é a quinta a assumir a frente do programa em menos de cinco anos de sua implantação, e daqueles, apenas o penúltimo ainda se faz presente no quadro docente da escola, sendo que foi um dos que menos ficou à frente dos serviços nesta (menos de um ano). A instabilidade dos gestores na escola é um fator negativo que atinge toda a rede de ensino municipal, ainda vinga na cidade a prática do apadrinhamento político e troca de favores a cargos municipais assegurado nos bastidores dos palanques partidários durante os períodos de eleição. Essa prática nefasta compromete e condena muitas vezes o futuro de muitas crianças, visto que essas indicações às vezes são feitas sem levar em

consideração a formação da pessoa assume e o trabalho que vai desenvolver, logo que há casos do diretor nomeado não possuir formação, ou sua formação em nada tem a ver com a função que este assume.

Segundo por que, houve uma convivência entre os envolvidos no programa, quando não se manifestaram para dar sua continuidade (professores, grupo de sistematização da escola, técnico da secretaria), que não exerceram suas funções assumidas perante o projeto.

No ano de 2003, a exemplo do primeiro projeto, os objetivos estratégicos, giraram em torno do mesmo fator crítico (baixo rendimento escolar e baixo nível de aprovação), onde com a estratégia de concentrar esforços nas disciplinas de língua portuguesa e matemática tida como críticas e portando determinante direta no alto índice de reprovação escolar, representando cerca de 50% das ações estabelecidas, sobretudo nas primeiras séries na forma de aulas de reforço, aquisição de material didático auxiliar e capacitação de professores nos termos acima citado. As demais ações correspondem à aquisição de material administrativo, organização e divulgação de objetivos e metas da escola.

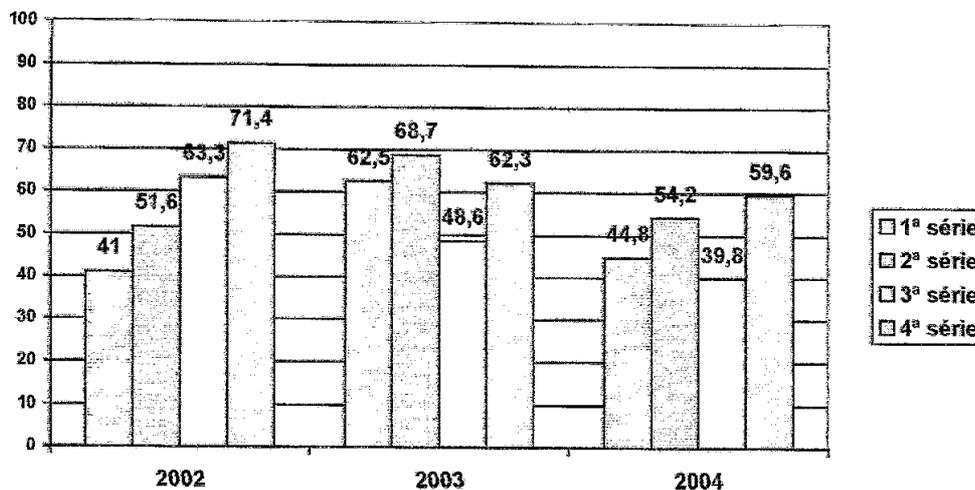
O que se percebe numa análise dos anos em que o PDE se faz presente na vida da comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz é que, constante é a presença do baixo insucesso escolar, visto que os índices de aprovação visualizadas nos anos de 2002, 2003 e 2004, são de fato muito baixas, variando em torno dos 40% a 70%, de acordo com os dados do setor estatístico da Secretaria da Escola.

Isso demonstra que apesar de ser o principal alvo dos objetivos traçados no projeto de melhoria da escola, as ações executadas não têm surtido maiores efeitos no quadro de rendimento escolar dos alunos.

Uma das explicações para este fato pode está composta na forma de ministrar e realizar as próprias ações do programa, como sua efetivação fora do tempo estabelecido, execução simplesmente para cumprir cronograma, falta de envolvimento daqueles que deveriam participar da ação planejada, etc.. Situações como estas podem e comprometem a eficácia de um programa da importância do PDE, deixando de contribuir para o melhoramento do rendimento do aluno.

Podemos confirmar a seguir que mesmo com a presença do Projeto de Desenvolvimento da Escola essa baixa taxa de aprovação dos alunos da Criança Feliz, não se desfez satisfatoriamente.

Gráfico demonstrativo do rendimento escolar anual da escola Criança Feliz



Fonte: Secretaria da escola.

O gráfico acima mostra a distribuição do resultado final de cada ano pesquisado (2002, 2003, e 2004), respectivamente na ordem em que se representam as colunas, da 1ª à 4ª série, com o índice de aprovação dos alunos da escola estudada.

A exceção da quarta série, no ano de dois mil e dois, podemos observar que todas as demais séries presentes possuem um índice de aprovação inferior a setenta por cento, que podem ser classificados como muito baixo para o aproveitamento escolar.

Se observarmos os índices de aprovação do ano de 2003, podemos constatar uma média geral entre as séries, maior que os demais anos, 62,6%, naquele ano, contra 56,8% em 2002 e 49,6% em 2004.

Podemos supor que de alguma forma este índice geral de aprovação no ano de 2003, superior aos demais anos pesquisados mantém íntimos laços com as investidas diretas do Programa de Desenvolvimento da Escola naquele ano na Escola Criança Feliz, principalmente se observarmos as 1ª e 2ª séries, uma vez que, são relatadas no plano de melhoria anuais desta escola, ações

específicas para diminuir suas taxas de reprovação, relatadas como “concentração de esforços nas séries críticas” (1ª e 2ª séries), que no ano anterior apresentava os menores índices de aprovação entre as demais séries.

Essa atenção diferenciada pela escola dentro do projeto de melhoria da Escola nas séries acima citadas, pode ser vista nas ações descuidadas como: “elaborar um plano de aulas de reforço para as disciplinas críticas”, “capacitar professores das primeiras séries em novas metodologias de língua portuguesa e matemática”.

Além dessas ações, outras foram elaboradas e executadas naquele ano, todas elas visando o elevamento da aprovação escolar dos alunos. No entanto, segundo a atual coordenadora da escola que naquele ano de 2003 era uma das envolvidas no projeto e que hoje o coordena, estas ações só não tiveram mais êxito por irresponsabilidade da gestão municipal da época, que não repassou a contrapartida dos recursos, que lhe cabia destinar a escola. O recurso destinado pelo FUNDESCOLA, que financia o programa, foi posto em conta bancária, mas para sua disponibilidade a prefeitura deveria depositar o acordado no programa (30% do valor), o que não acabou acontecendo, sendo que depositada pelo governo federal foi recolhida de volta, comprometendo segundo a coordenadora atual do projeto a reelaboração do plano de melhoria da escola no ano seguinte (2004), que segundo ela, o descaso da prefeitura com o programa e conseqüentemente com os professores (os maiores acionistas do PDE), provocou uma desmotivação no pessoal, e sobretudo favoreceu a volta dos altos índices de evasão e reprovação:

Por que as ações visavam o rendimento do aluno, e como o projeto não foi executado, com ações como as de reforço por exemplo, o índice de reprovação voltou a subir²

As ações financiadas (elaboração e distribuição de boletins informativos das atividades do PDE com os objetivos e metas, adquirir cartuchos de tinta para impressora do computador da escola, etc.) que deveriam ser executadas, não foi realizada dentro do período estabelecido no

² Entrevista gentilmente cedida pela professora Paula, coordenadora do PDE na Escola Criança Feliz, em 10 de setembro de 2005.

projeto, justamente por falta da contra partida não depositada pelo governo municipal na época.

Isso mais uma vez mostra a falta de compromisso da gestão pública municipal local perante a educação, não é e nunca foi prioridade de nenhum governante que até o presente momento estiveram à frente desta cidade fornecer uma educação de qualidade, a educação em São Domingos é vista como um meio de garantir voto na próxima eleição, garantindo empregos a funcionários temporários além das necessidades do seu quadro educacional.

Fatores já mencionados como o mau desempenho na execução do projeto, por causa da falta de estabilidade³ nos cargos de alguns funcionários, inclusive da direção, promovida pela gestão administrativa municipal, descaracterizando o grupo escolar, enquanto unidade firme que deveria ser, como também a falta de compromisso de alguns membros da comunidade escolar diante dos objetivos de participação na formação de uma gestão democrática da instituição, e na execução de ações que segundo profissionais da própria escola disseram que várias ações sofreram atrasos por descompromisso de alguns acionistas que não se empenhavam em executar alegando que este é um trabalho que não lhes iam trazer nenhum retorno financeiro, pode ter comprometido um melhor desempenho do programa na escola Criança feliz, sobretudo na parte que diz respeito ao sucesso escolar dos educandos visto nos baixos níveis de aprovação nestes três anos estudados.

2.5 – O resultado do PDE

Ao passo de um programa criado e implantado com objetivos explícitos de contribuir para a valorização e elevação do desempenho escolar do aluno. O Programa de Desenvolvimento da Escola, não alcançou o êxito subtendido em suas metas de proporcionar tamanha grandeza no estabelecimento de ensino na Criança Feliz.

³ De um lado a mudança constante de professores demanda tempo para colocar os novos a par de todo o processo, gerando instabilidade. Por outro lado, a permanência permite aos professores a apropriação de todo o processo e de suas rotinas e, conseqüentemente, segurança e condições de aperfeiçoamento. Sobrinho (2001, p. 31)

Esta conclusão pode ser apresentada com base em fatores a ser apresentado que se expressam com tão grande firmeza dentro de algumas singularidades que compõem o sistema de ensino da escola lócus, uma vez que todos os elementos estudados, mantêm uma ligação direta com a implantação do programa referido.

Um dos primeiro pontos a ser considerado nesta conclusão é o cumprimento inadequado das ações que definem e justificam o Programa de Desenvolvimento da Escola, por causa do descaso público local, que se comprometeu e não cumpriu com alguns acordos em prol da educação, como de manter a estabilidade de alguns funcionários que compunham o quadro docente da escola, principalmente do diretor. Ter em comum uma prática de troca contínua de profissional, que prejudica diretamente os êxitos de programas como o PDE que se destina a contribuir com o melhoramento da qualidade do ensino numa escola extremamente necessitada como a Criança Feliz, pode e deve ser considerado um absurdo aos ideais da educação de formação do indivíduo para a cidadania.

Do outro lado do problema, a falta de compromisso de alguns educadores percebido e denunciado aqui pelos seus próprios colegas, que segundo eles, insistem em ficar fora dos movimentos abraçado pela escola, e não se envolvem nas atividades, não participam de reuniões, desconhecem os eventos realizados pela escola e se eximem de contribuir para um melhor andamento do estabelecimento escolar, acaba favorecendo ao baixo rendimento da clientela da Criança Feliz.

Todos esses elementos acima citados desfavoreceram e minimizaram os resultados do programa de melhoria da escola, suas ações na forma que foram planejadas para os anos previstos poderiam render grandes significados para o sucesso dos alunos da Criança Feliz.

Os números que hoje se mostram nas estatísticas apresentadas neste trabalho são muito baixos diante do que poderia ter conseguido, eles certamente não correspondem às expectativas esperada pelo órgão financiador do programa, nem mesmo por aqueles que os planejaram.

2.6 – Reflexões sobre o Ensino Fundamental

A falta de um aparato pedagógico, didático, humano e financeiro adequado da escola, aliado a questões como a desigualdade social e a prática pedagógica alheia ao cotidiano da criança, tem se tornado num conjunto de fatores que acabam por direcionar ao fracasso escolar do educando.

Dos valores e funções interiorizado por algumas escolas, de preparação para o mercado de trabalho e do simples domínio de habilidades elementares de leitura, escrita e cálculo, quase sempre alheia à realidade de sua clientela, a tem sobrecarregado e mudado o que seria seu foco principal de ação, o desenvolvimento de uma formação integral do indivíduo, pautado nos princípios da cidadania, de direitos e deveres políticos, sociais, econômicos e culturais, numa formação crítica que possibilite o sujeito perceber e transformar verdades estabelecidas no mundo que o cerca.

O estudo da questão da evasão e da repetência no Ensino fundamental passa por uma análise da totalidade de vários contextos: além do propriamente pedagógico, que direciona as dimensões do tratamento que a escola dispensa à sua clientela, considerando a intencionalidade das ações educativas exercidas pelos profissionais da educação, passa também pelo contexto das políticas públicas voltadas para o sistema educacional, em especial para o ensino básico, responsável por estruturar as escolas públicas de mecanismos que permitam o mínimo necessário para o desempenho das atividades docentes e discentes e ainda pelo contexto sócio-econômico desfavorecido, levando-se em consideração a realidade dos alunos que estudam nas escolas públicas.

Em nossas escolas, em particular na Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz, podemos observar que, em meio às práticas pedagógicas, destacam-se as práticas educacionais de cunho de orientação neoliberal, entendendo-se aqui o neoliberalismo como forma de incentivar cada vez mais as idéias da liberdade de concorrência entre as pessoas, por muitas vezes desrespeitando os princípios da ética e da cidadania com a finalidade de sobressair-se socialmente. Essa concepção neoliberalista postula que o ensino público deva funcionar como fator democratizante da sociedade

na medida que possibilita a oportunidade a todos os indivíduos ter em grau de igualdade o acesso ao conhecimento, possibilitando, dessa forma, o desenvolvimento pessoal, a ascensão social e econômica, principalmente aos indivíduos desprovidos de uma boa condição financeira.

O início dos anos 80 resgatou uma evolução no sistema educacional; a idéia da construção de uma sociedade mais crítica participante, a tendência por se reformar currículos, a idéia de um modelo de educação que transmitisse conteúdos críticos foram tendências de um resgate educacional. No entanto, essas tendências, reformas curriculares, mais elaborados, contextualizado e crítico, esbarraram no baixo desenvolvimento econômico e social que o país atravessou nesse momento. (Abramowic e Moll, 2002, p. 11).

A marginalidade, a pobreza e a miséria impulsionadas por uma má situação econômica, afetaram os setores populares da sociedade, e nessa perspectiva atingiram a infância e a adolescência das crianças de nossas escolas, na forma de desigualdades de oportunidades socioculturais e de exclusão do sistema escolar.

Podemos dizer que no sistema escolar em geral existe uma cultura do fracasso, que dele se alimenta e o reproduz (Abramowic e Moll, 1997 p. 12). Tornou-se um fenômeno de vitalidade para a escola fazer uma seleção entre seus alunos, separando os capacitados dos incapacitados para o sistema de ensino, tornando incoerente o que deveria ser a função de inclusão dos alunos. É uma cultura educacional que legitima suas práticas na ideologia social de que somente os fortes são capazes de sobressair-se e, dessa forma, rotula seus alunos como fracassados e os exclui.

Na década de 90 a consciência do direito à educação básica universal avançou consideravelmente, porém não se tem conseguido fazer com que a escola se estruture de modo a garantir esse direito, visto que ela permaneceu estruturada num sistema piramidal, preocupada apenas com o domínio seriado e disciplinar, continuando uma instituição rígida, seletiva e excludente.

A cultura do fracasso escolar não se centra apenas no elitismo de alguns professores, diretores ou especialistas, nem sequer na rigidez das avaliações; a escola é uma instituição sociocultural e está pautada em valores sociais, concepções e expectativas, uma vez que agrega diferentes valores que se

inter-relacionam na construção do conhecimento. O fracasso escolar se torna mais latente quando mais esses valores individuais se sobressaem, no sentido de não se concatenarem para um fim comum, de centra esforços na busca da educação para a formação integral do indivíduo.

A escola está perpassada por relações sociais na sua organização de trabalho. Os alunos, pais, professores, diretores são partes de um complexo processo político, econômico e social, com uma dinâmica cultural própria. Essas relações dispõem fatores que retratam e obedecem à dinâmica social existente, com funções pré-definidas. Contudo, já é possível se perceber, ainda que de forma limitada, movimentos e ações que se mostram como exemplos de participações da comunidade democraticamente, em alguns direcionamentos no meio escolar, no momento em que estes participam dos conselhos, em que formam grêmios estudantis, associação de pais e mestres, etc.

Essas relações organizacionais de papéis definidos que unificam as tomadas de decisões significam possibilitar ao sistema de ensino a criação da democratização da organização do sistema educacional.

A questão da democratização escolar, deve perpassar por todos os aspectos da ação escolar, ela não deve trilhar apenas a um ou outro aspecto, administrativo pedagógico, de participação da comunidade em processos decisórios ou político da escola (Rodrigues, 1996, p. 38). A democratização da escola deve se dar como um fator muito mais abrangente, é um aspecto de democratização de toda sociedade, não que esta só possa ser atingida perante a democratização da sociedade (*idem*). No entanto esta é uma vertente que deve se considerar as duas condições, a escola deve participar das decisões de toda sociedade, assim como a sociedade deve participar das decisões da escola.

É fundamental que a escola universalize a sua experiência e a sua prática pedagógica, que ela não continue sendo a escola de uma classe. A escola se democratizará à medida que seus processos decisórios estiverem ligados aos interesses de todas as classes (Rodrigues, 1996 p. 39).

As concepções de um ensino verticalizado e unilateral que ainda persiste em muitas escolas, como a Criança Feliz por exemplo, pois direciona o ensino para uma visão puramente descritiva podando as possibilidades de uma formação crítica do aluno-cidadão, é baseada nos conhecimentos “soberanos” do professor, reforça e empurra o aluno a caminho de uma má formação, uma vez que ele não consegue visualizar efetivamente aplicações para o conhecimento que ele adquiri na escola.

A cultura escolar de centrar o conhecimento na figura do professor, enquanto detentor do conhecimento que deve ser transferido para o aluno, torna-se nula na maioria das vezes, uma construção efetiva do conhecimento.

Esse conhecimento descritivo passado ao aluno, torna-se duplamente inútil para ele. Por que não o possibilita fazer uma análise mais profunda dos acontecimentos sociais, mostrando-se incapaz de auxilia-lo em sua preparação para as dificuldades cotidianas de sua vida uma vez que é quase nula a formação voltada para vida cotidiana desse aluno. A deficiência curricular e de alguns profissionais da educação, traduzida na má formação acadêmica do aluno, comprometer de forma significativa o seu ingresso em um curso de Ensino Superior.

Desse modo, ficam comprometidos os princípios da educação nacional propostos pela Lei de Diretrizes e Bases, a lei 9.394/96, quando diz no artigo 3º dos princípios e fins da educação:

O ensino será ministrado nos princípios: I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III. pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; (...) VII. valorização do profissional da educação escolar; VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação do sistema de ensino; IX. garantia de padrão de qualidade; X. valorização da experiência extra-escolar; XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as praticas sociais. (Souza e Silva, 1998, p. 9)

Ao contrário do que rege a lei, a pratica escolar que vemos em muitas escolas, demonstra que a escola não foi pensada para os pobres, mas para uma criança que não tem maiores preocupações além do estudo.

A necessidade e crença da valorização de educação como um dos poucos instrumentos capazes de vencer a barreira da mudança de esfera na estratificação social se inclui na formulação de um currículo e conteúdos capazes de perceber as particularidades contidas no ambiente escolar, repletos de conhecimentos autênticos de cada experiência de vida. (Abramowicz e Moll, 1997)

A escola não transmite apenas conteúdos, no seu sentido estrito; esses são vicissitudes de valores estéticos, atitudes morais e sociais. A escola não é somente o lugar em que se privilegia determinado conhecimento e o transmite ou o reflete. Ela é também o lugar da recriação do social e da constituição dos valores sociais, pois que cada indivíduo se faz da relação com seus pares.

Sendo assim, é necessário se fazer com que a escola adote estratégias de ensino diversificadas, que priorizem o raciocínio, não que seja necessário dispensar a memória, mas que estimulem as atividades cognitivas dos alunos, bem como desenvolva o processo de interação entre professores e alunos e entre os alunos entre si de modo a propiciar construção coletiva do conhecimento.

Por essas razões, o currículo deve ser compreendido como elemento que se adequa a diferentes realidades, visto que cada sala de aula tem um currículo que, na verdade, difere dos outros. O que se entende por currículo não deve se encerrar nos conteúdos, ele deve ir muito além; deve ser compreendido como as coisas que acontecem nos planos cognitivo, afetivo e social.

Oferecer aos alunos diferentes pontos de conexão entre os conteúdos ministrados na sala de aula com sua vida cotidiana pode significar despertar seus interesses para o ambiente escolar. Cabe à escola tratar os conteúdos ministrados de forma o mais contextualizado possível, relacionando conteúdo e contexto de modo a estimulá-lo a ter autonomia na aquisição do conhecimento.

Considerando então que a escola está inserida em contexto social, filosófico, econômico e cultural e que todos que nela estão inseridos fazem parte desse contexto e sendo a escola uma instituição responsável por oferecer uma educação aos indivíduos mediante a orientação para a descoberta do conhecimento e transmissão de cultura, o currículo então deverá funcionar

como um instrumento orientador que orientará a escola no seu processo de educar, favorecendo a capacidade de perceber e considerar as crianças como oriundas de lugares com situações e condições econômicas distintas, que trazem consigo, histórias e idéias diferentes, possíveis e necessárias de se levar em conta.

Pode-se pensar no currículo como um produto social, e como tal, constituído por agentes portadores de diferentes interpretações de tal modo que as práticas do fazer pedagógico são constantemente ameaçadas. O currículo não se situa no campo propriamente do conteúdo, mas, sobretudo, envolve concepções científicas. Apóia-se em paradigmas que incluem sistema de valores e crenças.

É fundamental para o alcance real do desenvolvimento educacional a elaboração de um currículo adequado às necessidades reais dos educandos, que não leve em conta apenas a quantidade do conteúdo a ser exigido durante o curso, mas as reais necessidades dos educandos, no sentido de preparação para a gestão de sua vida pessoal.

Garantir aos educandos a permanência na escola vai além da finalidade de se adquirir um certificado. A finalidade da escola deve ir, além disso; garantir ao educando satisfação plena de estar inserido num sistema educacional do qual ele efetivamente seja parte integrante, não que nele permaneça apenas como expectador. Na maioria das vezes e na maioria das escolas, esse direito básico que se situa no campo educacional não é garantido: às vezes garante-se o direito de permanência, porém o currículo abordado se distancia tanto de uma propedêutica quanto de uma possível preparação social.

A idéia de um currículo desvinculado da vivência social da criança importa uma idéia errônea do fazer pedagógico; importa num fazer educação centralizada que não leva em consideração a troca de vivências, fundamentais para o crescimento individual do educando. Um currículo vinculado à realidade do aluno é importante para contextualizar esse aluno ao cerne da aprendizagem, sua relação com o mundo e com a sociedade que o cerca, fazendo com que não seja necessária uma transposição de dois mundos distintos, consecutindo na realização de uma vida dupla para esse aluno: a vida na escola e a vida fora dela.

Parte dessa estruturação curricular passa também pelos conceitos de avaliação que se tem em mente. O aluno, na sua realidade cotidiana, recebe uma avaliação dos seus afazeres numa espécie de feedback, ou seja, há um retrocesso no processo de aprendizagem de forma a "corrigir" algo que não está de acordo com o necessário de forma que esse algo se adeque às necessidades.

Sabemos que na escola a avaliação é usada como um recurso na atividade escolar, como forma da promoção dos alunos de uma série seguinte, na sua trajetória escolar. Está evidente que não a forma quantitativa de avaliar, geralmente usada nas escolas, não basta para melhorar as condições de ensino. É preciso saber identificar com clara compreensão o que se quer conseguir ou que deseja almejar do aluno. Só assim não somente professores e alunos, mas todo sistema educacional entrará no consenso de conseguir bons resultados avaliativos.

Sendo assim o professor passou por uma preparação a qual concebeu a forma avaliativa por soma e peso que vem medir o saber do aluno, às vezes não é nem uma aprendizagem que aprende por aprender, mas, só para dar condição de passar para uma série seguinte.

Ou seja, o aluno dá continuidade que na maioria das vezes é mal preparado, ficando submetido a ficar retido nas séries seguintes, levando assim ao desânimo e a desistência, e o aumento na lista dos fracassados.

Entretanto é preciso saber usar a avaliação e através da mesma fazer uma reflexão de como está funcionando o sistema avaliativo em sala de aula porque através da avaliação serão formados novos cidadãos do amanhã e não usar a avaliação como um fim, mas como um recomeço da descoberta do aprender para aprender.

É preciso que o educador não menospreze o saber que o aluno já possui, mas sim ajudá-lo a desenvolver melhor o seu processo cognitivo.

É cabível que no ponto de vista de uma proposta pedagógica, deve haver uma compatibilidade entre motivos que impulsionam e a finalidade para a qual a mesma é dirigida. Assim as mesmas, constituem condições importantes no desenvolvimento criativo e transformador integrando-se a ter motivos e fins para determinadas realizações de projetos escolares.

CAPÍTULO III – A RETENÇÃO NA ESCOLA CRIANÇA FELIZ: ANÁLISE DOS DADOS

Para uma melhor compreensão da situação do baixo rendimento escolar que vem ocorrendo ano após ano na escola Criança Feliz, foi realizada uma pesquisa junto ao pessoal docente, aos pais e alunos desta escola, com o objetivo de criar uma noção diante dos fenômenos da evasão e da repetência escolar, como eles percebem e o que a escola vem fazendo juntamente com os professores para mudar a realidade descrita – o alto índice de evasão e reprovação dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental da escola em estudo.

Para obtenção das informações que veremos nesta pesquisa, foram dirigidas as seguintes perguntas aos professores:

3.1.2 – Dos dados obtidos: A visão dos professores.

1 – Você (professor) conta com acompanhamento técnico-pedagógico para realização do planejamento?

Veja o que responderam os 10 (dez) professores entrevistados:

Ao responder a esta pergunta todos os professores fizeram de maneira positiva, ou seja, que contam com apoio técnico-pedagógico para a realização do planejamento escolar.

No entanto, seis (seis) destes docentes responderam simplesmente que “sim”, sem tecer nenhum comentário sobre a importância de se ter acompanhamento pedagógico na realização do planejamento. Outro professor ao responder que contava com uma coordenadora, relatou que “...raramente a coordenadora nos apresenta algo novo. A preocupação de todos é com o plano bonitinho no caderno, muitas vezes tirado do livro, muitas vezes sem uma conexão com a realidade é outra, sem querer saber se o professor vai conseguir colocar em prática.” (professora Marta).

Uma outra professora aqui chamada de Márcia diante da mesma pergunta, respondeu que teoricamente conta com acompanhamento de uma coordenadora, mas relata que a mesma não tem formação específica para atender as necessidades dos docentes. Entretanto percebemos que a coordenadora pedagógica possui a formação teórica para desenvolver tal atividade, visto que possui curso superior com licenciatura plena em pedagogia pela UNAMA (Universidade da Amazônia).

Num confronto dos dados acima relacionados, é possível deduzir que sobre o acompanhamento técnico-pedagógico para a realização do planejamento, apesar de responderem de forma positiva, esses professores que não fizeram comentário algum ao responderem o questionário da pesquisa, pode-se relatar sua ação (ou falta dela) como algo muito frio para um profissional da educação. Mesmo que não tenha sido sugerida a justificativa da resposta diante da pergunta que orienta esta análise, a resposta de alguns entrevistados, reduzida a "sim", é bastante cômoda, uma vez que eles têm a oportunidade de expressarem suas opiniões, e simplesmente se eximem da intelectualidade ou capacidade de fazerem.

Esta acomodação pode ser confirmada na pergunta a seguir, que é uma complementação de idéia da pergunta anterior, feita da seguinte forma:

2 – Em geral você (professor) participa das reuniões de planejamento?

Dos 10 (dez) docentes entrevistados, a exemplo do que aconteceu na primeira pergunta, seis responderam de forma positiva, que participam das reuniões de planejamento, se resguardando na cômoda posição de não tecer nenhum comentário diante do questionamento. Outros 03 (três) disseram que participam às vezes, também se restringindo somente a estas palavras, e 01 (um) a professora Márcia, citada anteriormente disse que não, por que segundo ela "falta mais estímulos para os professores" nas reuniões. Esses estímulos que a professora fala podem ser entendidos como diversificar e dinamizar mais as reuniões de planejamentos. De alguma forma existe uma razão nas palavras desta professora, é necessário está buscando técnicas diferentes para difundir nestas reuniões e fazer com que elas se tornem um momento mais produtivo para os professores.

Com certeza conhecimentos são produzidos nestas reuniões. Contudo, o conhecimento obtido nestes momentos parece não fornecer a eficácia esperada quando levado a prática de sala de aula, uma vez que, a imensidão nos números de reprovados e evadidos no final do ano letivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz, na tabulação dos índices das quatro séries iniciais nos três anos pesquisados, tem uma média anual de 45,35% de reprovados, um número bastante alto para uma escola que possui no seu interior, importantes programas que visam a melhoria do ensino como o PDE.

No entanto não podemos elevar esta culpa pela falta da eficácia do ensino à coordenadora desta Escola, por que além de sua função de articulador e orientador da prática de ensino na escola, cada professor, assim como os demais seguimentos do corpo administrativos, também devem se envolver no processo e se responsabilizar pela busca de novos seus recursos didático-pedagógicos, e por maiores informações a respeito daquilo que deseja trabalhar em sala de aula. Não se deve esperar unicamente do coordenador ou da direção da escola as respostas para os seus problemas. Podem sim cobrar mais atitudes destes profissionais, mas esperar que eles lhes forneçam respostas prontas para suas dificuldades em sala de aula é um erro, visto que as situações de sala de aula são diversas e devem ser consideradas caso a caso.

Esse mau aproveitamento dos momentos de planejamento pedagógico, deduzido acima, e a pouca eficácia do que é produzido quando há a falta de materiais pedagógicos auxiliar, pode contribuir significativamente para o não rendimento escolar dos alunos.

Sobre esta questão, ao dirigir a seguinte pergunta:

3 – Você (Professor) dispõe na escola de material pedagógicos suficientes e adequados para o bom desenvolvimento de suas atividades?

Nesta pergunta, a exceção de um, que disse mais ou menos, todos os demais entrevistados (nove) responderam de forma negativa, ou seja, que não dispõem de materiais didático-pedagógicos suficientes e adequados na escola.

É curioso, este número de professores afirmando que não dispõem destes materiais, uma vez que a escola Criança Feliz, nos dois programas que

dispõe (PDE e PDDE), recomendam na lista de como utilizar o dinheiro, a aquisição de materiais que ajudem o professor nas atividades em sala de aula, como o Programa Dinheiro Direto na Escola, onde fala que, “É numerosa a lista de possibilidades de utilização do dinheiro do PDDE, mas a título de exemplo, dentre as tantas alternativas, pode-se citar o emprego na aquisição de material didático pedagógico,” (MEC, 2002, p. 10 e 11), e como também relata Sobrinho (2001, p. 27), da melhoria nos indicadores educacionais de escolas que possuem o PDE e investiram em materiais didático-pedagógicos, onde diz ele:

Embora não se possa atribuir essa melhoria exclusivamente ao Plano, certamente ele contribui para um ambiente propício para o desenvolvimento de um processo mais efetivo de ensino aprendizagem, principalmente se se leva em consideração o fato de que os recursos financeiros transferidos tem sido utilizados em sua maior parte, na aquisição de materiais que ajudam o professor nas atividades em sala de aula (jogos, livros, mapas, cartazes, vídeos e software educativos, etc.).

Nestes termos, apesar da direção da escola admitir que existe uma carência de recursos pedagógicos, e embora os recursos dos programas PDE e PDDE forem insuficientes para atender todas as necessidades da escola Criança Feliz (tendo como agravante os recursos não disponibilizados da fase de consolidação do PDE por falta de compromisso da prefeitura local), a grande parte dos recursos da implantação do projeto de desenvolvimento desta escola foi destinado à compra de materiais didático-pedagógicos (Kit de informática, jogos pedagógicos, marionetes, globos terrestres, e etc.), sendo adquirido também parte destes materiais com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Esta afirmação pode ser feita, a partir da constatação minha via relatório de acionistas do programa enviado à direção e a coordenação do projeto e observação em lócus, que certamente a utilização destes materiais de forma adequada, planejada, certamente proporcionaria alguma melhora na aprendizagem dos alunos.

Nesta relação, de ensino aprendizagem, também, se faz fundamental ao conteúdo da pesquisa, conhecer como os alunos são estimulados a expressar

suas opiniões em sala de aula, conhecer se os professores consideram válidas suas idéias, suas opiniões sobre os assuntos ministrados, para se obter uma noção da dimensão e forma que os professores possibilitam essa participação de seus alunos acerca de determinado fato que venha a ser trabalhado nos conteúdos de ensino, que pode, dependendo da maneira como são proporcionados esses momentos de expressão de suas idéias, condicioná-los ao sucesso, ou fracasso escolar.

Sobre esta perspectiva acima, ao emitir a seguinte pergunta aos professores obtive as respostas:

4 – Em sala de aula os alunos são estimulados a expressar suas opiniões? De que forma?

O fator positivo, descrito nestas respostas, sinaliza para uma necessidade extremamente importante do caráter educativo da criança enquanto ser que possui e precisa externar suas idéias dentro do processo de ensino escolar.

Contudo, dos professores quando os entrevistados dizem estimular seus alunos a expressarem suas idéias. A forma que dizem fazer não satisfaz o teor desta pergunta, uma vez que suas respostas se limitam a dizer que é através de histórias ilustradas, histórias do cotidiano e através de nome de frutas regionais, a exemplo do que podemos observar na fala da professora Flávia que fala: “através de conversas”, ou do professor Roberval que diz “...são estimulados através de histórias ilustrativas e histórias do cotidiano”.

Ao responderem a pergunta os professores não especificam com precisão os termos pelo qual eles fazem este instigamento de opiniões e idéias, suas respostas na forma que se dão são vagas demais para suprir a pergunta.

A mesma lacuna nas respostas é sentida perante aqueles que disseram às vezes, como o professor Gentil que fala “...quando se reúnem para discutir determinado assunto”. Essa resposta não faz sentido do ponto de vista da pergunta, visto que se supõe que diariamente os professores ao estarem em sala de aula com os alunos podemos tomar isso como uma reunião em que se está buscando o conhecimento, e por isso é um momento propício ao

instigamento das idéias e opiniões do aluno. O estímulo à expressão das idéias não deve ser uma coisa alheia a prática de sala de aula e nem deve ter hora marcada para acontecer, o professor tem que ter o conhecimento e a habilidade para saber fazer uso dos mais singulares instantes que possa ser para dar condições aos alunos de pensar, elaborar e expressar suas opiniões a respeito dos fatos que estão vivenciando.

Outro fator fundamental no processo de aprendizagem da criança, é a contextualização dos conteúdos à sua realidade.

Uma vez feita a seguinte pergunta aos docentes:

5 - Você trabalha os conteúdos de maneira contextualizada, relacionando-os com a realidade dos alunos?

A contextualização dos conteúdos muitas vezes, pode condicionar o interesse da criança às aulas ministradas e, supõe caminhar a uma formação, considerando sua realidade social.

Em resposta à pergunta acima, cinquenta por cento (cinco) dos entrevistados, disseram que estabelecem essa relação, ou seja faz a contextualização dos conteúdos ministrados em sala de aula com a realidade vivida pela criança, enquanto 03 (três) disseram que às vezes e outros 02 (dois) afirmaram que não.

Esse poderia ser um dos caminhos contributivo para possibilitar com que os alunos permanecessem na escola e melhorar seus rendimentos: a ligação pedagógica entre os conteúdos ministrados em sala de aula e a realidade dos alunos. Estabelecer essa ponte significa diminuir as barreiras existentes entre o conhecimento escolar oficialmente estabelecido pelos currículos com a realidade dos alunos.

A ausência dessa ligação torna inócua a permanência do aluno em sala, uma vez que à sua volta se cria dois mundos distintos: um escolar que ele absorve ao sair de casa, especificamente no caminho da escola; outro da realidade de sua casa, distante da realidade da escola. Essa distância, definitivamente separa o aluno em duas realidades, a ponto de chegar um momento em que ele terá que optar por um dos dois mundos. Como a sua realidade cotidiana é mais forte, é, portanto, natural que seja esquecida a

realidade escolar, que seja o afastamento, apenas no campo cognitivo, nesse caso havendo uma espécie de evasão mental durante as aulas, daí a consequência na dificuldade de aprendizagem e, posteriormente a repetência, ou ainda o desligamento total, nesse caso, consecutindo com a evasão.

Sobre a realidade da criança e o conhecimento que ela traz consigo de casa, Babette Harper (2000, p. 75) diz que:

Quando a criança chega à escola, ela já traz consigo experiências, atitudes, valores, hábitos de linguagem, que constituem e refletem a cultura de sua família e de seu meio social. O desenvolvimento de sua inteligência, de sua personalidade, de sua afetividade, foi construída pela assimilação destas atitudes e destes valores.

A necessidade de se considerar a diversidade de valores presentes no ambiente escolar deve ser visto como fator essencial na construção de novos conhecimentos pelo aluno, fato que na maioria das vezes passa despercebido ou simplesmente é ignorado no meio escolar, justamente pela insensibilidade de quem está à frente do processo que não consegue perceber que as pessoas possuem outro contexto social que não é a escola e que dele precisam para dar significado aos seus estudos.

Outra questão que certamente se relaciona ao conteúdo da anterior é a seguinte:

6 – Quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos em sala de aula?

Em resposta, 07 (sete) dos professores entrevistados relacionam suas dificuldades ao uso e interpretação da língua portuguesa, e ao uso da matemática pelos alunos, como fala novamente o professor Roberval quando diz "...interpretação de textos e problemas matemáticos", e a professora Flavia "... produção e interpretação de textos". Os demais professores entrevistados (três), disseram que essas dificuldades estão na "falta de acompanhamento em casa [pelos pais] na resolução das tarefas...".

Antes de fazer considerações sobre estas respostas, apresentarei o conteúdo das respostas da questão a seguir que se completam pois buscam

estabelecer um ligamento das dificuldades apresentadas pelos alunos em sala de aula na visão dos docentes com as disciplinas que os alunos mais tem dificuldades.

Nestes termos, a pergunta é feita da seguinte forma:

7 – Quais as disciplinas que mais reprovam os alunos? Por quê?

Ao responderem esta pergunta, 08 (oito) dos entrevistados disseram ser às disciplinas de língua portuguesa e matemática, alegando que há grandes dificuldades na leitura e interpretação em português e assimilação dos cálculos matemáticos pelos alunos, como relata a professora Helena que registra: “...por que as crianças demoram muito para aprender ler e interpretar”, e esta outra, Ana, “...pelas dificuldades que o aluno tem de interpretação, por causa da grande dificuldade de leitura (não sabe ler)”. As demais respostas 02 (duas) disseram ser em arte que os alunos mais tem dificuldades. Acredito, que estas respostas se deram numa má interpretação da pergunta, pois arte no seguimento de 1ª à 4ª série não é tida nem como disciplina específica.

É relevante observar que diante das respostas da questão anterior b(falta de leitura, interpretação de texto e em problemas matemáticos) sobre as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos, as dificuldades descritas, parece ter um começo e um fim em si mesmo (como se outros fatores externos e internos como a má ou ausência de formação dos professores, processo de planejamento, ausência de recursos didáticos nas metodologias aplicadas em sala de aula, a descontextualização dos conteúdos, etc.), que não seja (se for, que não apenas) a falta de acompanhamento dos pais na vida escolar dos alunos, não exerça alguma influência para condicionar tais problemas.

É necessário compreender a dimensão deste questionamento, uma vez que essas respostas confirmam a necessidade exposta nas ações do Plano de Desenvolvimento da Escola Criança Feliz (como: adquirir jogos pedagógicos diversos de português, capacitar professores em novas metodologias de uso e manuseio de jogos matemáticos, etc.) que buscam diretamente o melhoramento do desempenho dos alunos dentro destas disciplinas (português e matemática).

A quase unanimidade das respostas nestas disciplinas (português e matemática) como maiores retentores de alunos nas séries iniciais, parece demonstrar que a contextualização relatada por grande parte dos professores aqui entrevistados, não alcança nas vias de fato, o fundamento suposto de inclusão e permanência do aluno na escola, uma vez que se pode dizer que existe nestas disciplinas acima citadas, um ligamento extremamente fora da realidade do aluno na sua composição e forma superposta.

Ter estas disciplinas como principais retentoras dos alunos nestas séries, nos remete a outro aspecto da questão sobre as duas realidades do aluno: por um lado ele é, desde cedo usuário de uma forma de linguagem que se basta para comunicar suas vontades aos seus semelhantes. Essa linguagem, via de regra, é usada sem regras ou qualquer norma que diga que ela é insuficiente. Sua língua comunica aos seus semelhantes suas necessidades e o faz compreender os desejos dos que os cercam. Desse modo ela é bastante eficaz. Da mesma forma se relaciona com os números. As regras simplesmente não existem. A somatória e a diminuição são suficientes para todas as necessidades de "acumulação" de sua vida.

Ao adentrar na escola, o aluno se depara com uma série de regras que, em primeiro plano, lhe dizem que sua língua é "errada". Que ele precisa, apenas por que precisa, aprender todas as regras de funcionamentos das letras e dos números, sem que para isso lhe seja dado argumentos plausíveis. De que forma entender que toda sua vida de aprendizagem foi em vão? Ou seja, por que fazê-lo entender que o que ele aprendera está errado?

Voltamos à questão das duas realidades do aluno. A escola dividida em dois momentos: a vida cotidiana e a vida regrada da escola, sem que haja uma relação entre esses dois mundos.

A respeito dessas dificuldades, do uso e interpretação da língua portuguesa e "aprendizado" da matemática, sobretudo da primeira disciplina citada, Ceccon (1982, p. 60) nos fala que,

De fato, logo que ela entra na escola, a criança tem que aprender a falar e a escrever numa língua diferente daquela em que sempre falou, em casa, com os pais e com os amigos. A língua da escola é uma língua bem falada,

sem erros de pronuncia ou de concordância. Ela é a língua da classe média, do pessoal que tem acesso aos livros e aos textos escritos.

Em todo esse desfecho, o fracasso escolar parece ter se tornado algo natural no ambiente de ensino, onde a cada ano já se tem ao certo que uma determinada quantia de alunos deve ser aprovada e a outra ser confinado ao “insucesso”.

A educação, diante do exposto, parece não atingir a dimensão a que deveria, de contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade – (...) e de prepará-lo para elaborar seus próprios pensamentos críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (Delors, 2003).

No contexto deste problema, do não atendimento dos ideais de desenvolvimento da pessoa humana, que aqui é traduzido no insucesso escolar dos alunos, foi direcionada a seguinte pergunta aos professores da Criança Feliz em relação a seus comportamentos diante da dada situação:

8 – Como vocês (professores) reagem aos resultados negativos no final do ano letivo?

Diante desta pergunta as respostas foram as mais variadas possíveis, dificultando tabular de forma coerente as declarações, pois alguns deles ao fazerem seus relatos demonstram dúvidas ao tentar justificá-los.

Quando perguntados como reagem aos resultados negativos ao final do ano letivo, as respostas vão desde aqueles que diz, como fala a professora Flavia: “Não nos surpreende muito”. Passando pelos que se dizem ficar triste, mas, sem maiores preocupações, como é o caso da professora Diana, que relata: “Eu pelo menos fico chateada, pois ciente do meu trabalho resta-me uma profunda sensação de chateação”. Até aqueles que se acham culpados, deixando transparecer um conflito em suas idéias, por não saber segundo eles o caminho para amenizar a situação, responde o professor Roberval que fala:

“Ficamos tristes, com a idéia de que não cumprimos com êxito nosso trabalho”.

Pelo depoimento dos professores, constata-se que muitos desses profissionais não percebem a gravidade da situação. Percebe-se isso quando, eles se dizem sentir preocupados com os problemas apontados, mas não demonstram fazer maior reflexão e posteriormente uma ação que vise melhorar e condicionar um rendimento satisfatório do educando em sala de aula.

Essa ausência de reflexão denuncia um certo comodismo, já aqui mencionado, de alguns professores que, certamente incorrerão nos mesmos “erros”, para novamente criar uma leva de alunos repetentes ou evadidos.

Embora se constate esse distanciamento entre o compromisso com a qualidade e a ação pedagógica de alguns profissionais, encontra-se também professor comprometido com a qualidade educacional. Como tentativa de sanar os problemas de sala de aula esses dizem estar constantemente reorganizando e reestruturando suas metodologias pedagógicas, de modo a não incorrer novamente nos mesmos problemas encontrados durante o ano letivo.

Nesse sentido, vale registrar a opinião da professora Marta entrevistada durante a coleta de dados da pesquisa:

Particularmente fico triste, por que é um ano de dedicação, preocupação com os mesmos. Porque é um desafio uma luta constante e aí você se pergunta o que deveria ser feito, muitas vezes você até sabe o que deveria ser feito, porque temos consciência de nosso trabalho, mas quando não há uma integração na escola e principalmente o respeito, não há bons resultados.

A falta de integração sentida nas palavras da professora Marta, pode ser observada também na escola Criança Feliz como falta de interação entre alguns professores na busca de recursos para diminuir o problema da evasão e repetência, alguns professores já estão acostumados com a presença desses problemas e parece não o considerar como tal, é como se a cada ano uma quantia está destinada a passar e a outra não.

Diante disso, num questionamento seguinte, sobre os possíveis responsáveis pelo fracasso escolar do aluno, mais precisamente na forma da pergunta:

9 – Quem vocês (professores) acham ser o culpado pelo fracasso do aluno?

Dos 10 (dez) entrevistados, 50% deles disseram que a culpa pelo fracasso escolar do discente se dá pela falta de acompanhamento destes pelos pais, e ao próprio aluno, como relata contraditoriamente o professor Roberval, que numa resposta anterior, demonstrava-se confuso, dizendo-se culpado de certa forma pelo insucesso do aluno e agora relata que “O fracasso vem do próprio aluno que não teve interesse, e dos pais que não acompanhou o filho durante o ano”. Da mesma forma Flavia que fala: “Isso é muito relativo, na maioria das vezes é dos alunos, dos pais que não acompanham o aprendizado do aluno [que] tem uma parcela de culpa, outras vezes a culpa é do próprio professor”.

Na outra parte dos cinquenta por cento das respostas, temos 02 (dois) que não opinaram, 01 (uma) que acha que é do sistema que não adota uma educação que esteja condizente com a realidade do país (Márcia), e outros dois relacionam a culpa pelo fracasso à prática pedagógica do professor (mas que não somente), como afirma Marta quando diz:

...Por que não parte só do professor do aluno, é claro que existe o professor que enrola empurra com a barriga, o preguiçoso, o ignorante, como também há o bom professor que se dedica que faz um bom trabalho, só que professores são muitos, mas educadores são poucos. A educação parte desde o vigia, servente, secretários, coordenador e diretor, para que o trabalho do professor não seja destruído e assim o professor não seja taxado no final do ano.

Alguns professores acreditam que a cobrança dos pais aos filhos, numa maior dedicação desses em sala de aula, no cumprimento das tarefas escolares, e do cumprimento das regras estabelecidas pela escola, seria senão

a chave para o sucesso, mas, o caminho para se elevar o grau de rendimento escolar deles alunos.

Existe nestas respostas um ponto muito interessante a ser discutido. Uma vez feita esta relação dos pais com a culpa pelo insucesso do aluno na escola, é necessária observar antes porém, que grande parte dos pais de alunos reprovados na escola Criança Feliz, não dispõem de maior ou nenhum nível de ensino escolar, o que muitas vezes a falta de conhecimento, não só o conhecimento da leitura ou do calculo, mas do próprio processo educativo em termos gerais, não lhes possibilita compreender o acompanhamento deles na vida escolar dos filhos possa representar um fator de grande valia para seu sucesso escolar. Contudo, atribuir este problema como fator determinante do fracasso escolar, pode constituir um erro muito grande. Pois fatores muito mais influentes (falta de formação, descontextualização de conteúdos, etc.), ou o conjunto deles pode determinar esses resultados negativos.

Outra via de ligação de culpa feita pelos professores aqui entrevistados, é lançada aos próprios alunos, que sem duvida devem ser considerados, as maiores vítimas desta situação.

Não podemos atribuir a culpa do insucesso escolar ao próprio aluno, quando presente ao seu cotidiano escolar nos temos: um acompanhamento técnico-pedagógico mal estruturado, uma carência de materiais didático-pedagógicos e conteúdos descontextualizados da sua realidade, dentre outros.

A esse respeito, da atribuição do sucesso escolar à responsabilidade unicamente do aluno, Paro (2001,p. 118), fala que,

Parece não ser possível, portanto, qualquer reflexão a respeito do caráter nocivo da reprovação, se não se tem presente esse dado: A suposição implícita na reprovação de que o processo educativo dependa apenas de um sujeito, o aluno. Tanto se ele quiser, ele passa. Por que há a suposição de que só depende dele? Por que se ele estuda e se esforça, passa (aprende); se ele assim não faz, não passa (não aprende). E isso significa que, das duas uma: ou a escola e seus educadores são sempre tão eficientes pedagogicamente, que nunca são os causadores do não aprendizado (e isso é um absurdo, por que supõe que alguém ou alguma instituição possa ser eficiente pedagogicamente sem contar com a ação do outro e a relação com ele); ou o aluno é o único agente do processo, não necessitando da eficiência da escola e dos educadores. (...) O educador

que não tem a percepção do processo de inculpação do aluno, perde importante fator de consciência do caráter da reprovação e da incoerência desta com um processo escolar efetivamente pedagógico.

De acordo ainda com Paro, para superar esta situação, é necessário que se faça uma aproximação teórica do real, e, se mantenha intimamente uma relação com os conhecimentos didáticos e pedagógicos, ultrapassando o campo do senso comum.

A construção de uma visão mais politizada e elucidada da realidade (ou realidades) e das diversidades presentes no meio escolar se faz extremamente necessário ao conhecimento

Certamente, um conhecimento aprofundado dos termos pedagógicos que delimita, estrutura e condiciona ao funcionamento da instituição escolar, irá influenciar e muito, no estabelecimento do sucesso dos alunos.

Nesse contexto, deve ser considerada também, a forma como os professores fazem a avaliação da aprendizagem dos educandos, que muitas vezes como é considerada e ministrada pode conduzir aos alunos a um afastamento progressivo da atividade escolar.

O processo de avaliação na maioria das vezes é visto pelos professores como um instrumento usado para saber se o conhecimento do aluno diante dos conteúdos ministrados é o bastante para lhe certificar a uma nova série.

Contudo, enquanto instrumento da educação, a avaliação, deve ser feita considerando a situação pessoal do educando e seus avanços individuais, de orientação para busca de um melhor desempenho na ação educativa e das aprendizagens dos alunos (Marchesi, 2005). Sua utilidade é fornecer subsídios imediatos para a correção do processo em direção ao objetivo na escola, a avaliação educativa deve significar precisamente o cuidado com a qualidade do ensino (Paro, 2001).

Marchesi (2005, p. 61), no processo educativo,

Não faz muito sentido transmitir a mensagem de que a educação escolar deve ser ampla e equilibrada, de que ela deve ser ampla e equilibrada, de que ela deve ser orientada para o conhecimento, mas também para o desenvolvimento afetivo e moral dos alunos, de que ela deve contar com a participação dos professores, dos alunos e dos pais (...), tudo isso não

faz sentido se a avaliação das escolas fixar-se exclusivamente nos conhecimentos dos alunos em matemática e em português, se ela estabelecer uma relação direta, inclusive pública, entre os bons rendimentos dos alunos nessas matérias e a boa educação, sem levar em conta nem mesmo o contexto social e familiar dos alunos e das escolas.

Na criança feliz as ações de alguns (não todos) professores parece caminhar nos mesmos termos considerado nas palavras de Marchesi, de fixar os conhecimentos dos alunos exclusivamente no ensino de matemática e em português. Uma vez que, 80% dos entrevistados relacionaram as dificuldades dos alunos ao aprendizado nestas mesmas disciplinas.

Da mesma forma, essa hipótese ganha força, quando esses professores colocam às disciplinas de matemática e de português como maiores retentoras de alunos nestas séries (1ª a 4ª), como afirma a professora Flávia que fala que em português e matemática o aprendizado da criança é muito lento, e que nestas disciplinas há um mau interesse do aluno. Nesta resposta, deduz-se que o caráter seletivo da avaliação parece está impregnado na prática avaliativa destes professores, uma vez que julga os altos índices de resultados negativos no final do ano letivo como algo que não provoca maiores danos ao educando.

Contudo, pode-se considerar que o resultado final negativo dos alunos, é ao mesmo tempo um reconhecimento de que o trabalho do professor foi estéril ou insuficiente ou, no mínimo frustrante (Marchesi, 2005).

Diante disto, o que certamente pode afetar o desempenho do profissional em sala de aula e possivelmente contribuir para o fracasso do aluno, é o exercício de outra profissão além da sala de aula.

Uma vez dirigida a seguinte pergunta obtive as respostas:

10 – Você (professor) exerce outra função além da sala de aula? Qual?

Quando perguntados se exercem outra função além da docente, 07 (sete) dos entrevistados disseram de forma negativa, ou seja que não exercem outra função, pelo menos remunerada além da de professor, enquanto outros 03 (três) declaram realizar outro trabalho complementativo à sua renda além da docente, sendo que um é datilógrafo, um comerciante e outro diz ser atendente de bar.

O dobramento de turno ou o exercício de outra atividade, pode acarretar o professor de atividades, e fazer com que estes coloquem seu trabalho escolar em segundo plano, uma vez que se sabe que a remuneração paga pelo órgão administrativo local, se distancia consideravelmente do que seria o ideal para esse tipo de atividade, aliás, essa é uma realidade geral dentro do plano remunerativo da educação nacional, que acaba condicionando os educadores a buscar outras rendas, “junta-se, às más condições de trabalho do professor, o baixo salário que recebe e a necessidade de ter mais de um emprego para sobreviver.” (Paro, 2001, p. 101).

Mesmo de posse do conhecimento dos péssimos salários dos professores da Criança Feliz, discutido nos termos acima, o dobramento de turno não pode ser caracterizado como maior problema ao quadro docente desta escola.

3.2.2 – Dos dados obtidos: A visão dos pais.

As questões direcionadas aos pais possuem conteúdos de caráter social, e de conhecimentos deles sobre a vida acadêmica dos filhos, da instituição escolar que os atende, e do impacto (ou não) do conhecimento oferecido pela escola na vida diária do seu filho.

Para obtenção das informações que veremos a seguir foram realizadas entrevistas com os pais que proporcionara as seguintes respostas:

1 – Com que objetivos você (pai) coloca seu filho para estudar?

Como resposta a essa pergunta, todos os pais sem nenhuma sombra de dúvidas da razão pelo qual os fazem, disseram que é para garantir um futuro melhor na vida ou conseguir um bom emprego.

Esta atribuição ao estudo como uma possibilidade a novas oportunidades, que não tiveram quando criança, devido às péssimas condições econômicas de suas famílias, é claramente vista no depoimento da dona Joana quando das esperanças depositada no estudo dos e para os filhos ela diz:

Eu não quero que ele cresça uma pessoa sem saber ler e escrever, eu quero que ele seja uma pessoa sabida, que se arrume melhor mais tarde, eu quero que ele tenha o que num tive, pra quando crescer arrumar um bom emprego, por que todo mundo sabe que sem emprego não arruma nada.

De acordo com Ceccon, (1982, p. 18), essa expectativa que a escola representa, e deve fazer é ainda mais forte nas camadas sociais menos favorecida. Para o povo, a escola é praticamente o único meio de ascensão social, de subida na vida. O sucesso nos estudos seria a grande oportunidade oferecida a todos para compensar as desigualdades de dinheiro, de importância e de posição social.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz, esta busca, é feita sob considerável confiança desses pais no atendimento que esta escola oferece.

Podemos perceber melhor esta situação nas respostas da pergunta a seguir:

2 – Como você (pai) gostaria que fosse a escola para o seu filho?

Sob esta pergunta, todos os entrevistados, disseram gostar do atendimento que a escola oferece a seus filhos e não fizeram de nenhuma forma, comentários que representasse alguma insatisfação em relação à educação que seus filhos recebem.

Essa “satisfação” sentida pelos pais na educação que a escola oferece pode ser melhor observada nas palavras de seu Eduardo: “Eu pra mim, essas daqui da nossa cidade, até agora ta boa, num ta faltano nada, num tenho do qui me quexá dos professô, dos funcionário, nenhum do colégio”⁴; e confirmada pela dona Nina que com ar de satisfação diz: “...pra mim, eu num tenho o o que falar da escola dele.”⁵

Esta posição de satisfação que os pais hora assumem é um tanto quanto contraditória para eles. No momento em que esperam uma elevação do grau de escolaridade dos filhos e posteriormente que estes se estabeleçam no mercado de trabalho com maior bagagem de conhecimento e instrução para a garantia de uma posição social mais próxima das condições necessária a uma vida

⁴ Entrevista transcrita respeitando a forma de expressar do entrevistado.

⁵ Entrevista transcrita respeitando a forma de expressar do entrevistado.

digna, a situação de repetente que encontram seus filhos atualmente. Como podem depositar tanta confiança na educação que uma escola ministra a seus filhos se ela insistir em dizer não a ele. Deveriam os pais, no mínimo tentar compreender por que eles reprovam tanto, e se perguntar ou mesmo procurar saber junto ao estabelecimento de ensino, se não existe outros elementos, que não somente no seu filho que o leve a repetir de ano.

De certa forma, essa posição passiva dos pais diante da educação dos filhos, se explica no conhecimento limitado que estes tem da estrutura e funcionamento do sistema de ensino que os atende.

Primeiro, por que desconhecem a experiência de uma escolaridade longa e do mundo que forma e rege o ambiente escolar, e segundo, por que se seu filho corre o risco de reprovar ou reprova, não saberão como buscar meios para que isso não aconteça ou, de resistir ao ultimato da escola.

Sobre esta questão Babette Harper (2000, p. 9) fala que:

É verdade que para pais mais pobres, a escola representa também um meio de promoção social. Mas a aspiração de futuro que eles têm para seus filhos é menor. Por outro lado eles se sentem desarmados diante de uma escola que temem enfrentar e cujo julgamento não ousam colocar em questão. Por isso aceitam com resignação decisões escolares que influem decisivamente no futuro profissional dos seus filhos.

A prova de que estas famílias vêm na educação à escada para melhor se situar na vida do mundo financeiro, são as dificuldades que têm de manter seus filhos na escola, que mesmo utilizando os serviços públicos da educação, não disponibilizam de maiores recursos para bancar os materiais necessários.

Podemos perceber melhor este problema diante da pergunta a seguir:

3 – Você (pai) tem alguma dificuldade financeira em manter seus filhos na escola?

Diante desta pergunta, 50% dos pais entrevistados disseram que sentem muitas dificuldades financeiras de manter seus filhos na escola, como relata dona Maria das Dores: "...tem dia qui falta um lápis, um caderno, falta uma borracha, tem dia qui tem qui batê umas foia, tirá uma xeroc dumas foia, aí eu

num tenho dinheiro pra pagá, apesá dessa bolsa escola qui eles tão recebendo, até qui ta dano de quebrá um gai assim, mais ainda falta muita coisa”⁶. Os outros entrevistados representando o restante do percentual (50%) disseram não sentir maiores dificuldades para bancar seus filhos na escola, como fala seu Manoel “Não, até agora ta tudo bom”.

Para os que afirmaram sentir. As maiores dificuldades se concentram na compra de materiais escolares e vestuário, caracterizando ainda mais suas necessidades básicas, que de alguma forma influenciam no aprendizado escolar dos seus filhos.

Foi inevitável observar, no momento das entrevistas, no contato com os alunos e com as famílias das crianças, que, apesar de humildes os pais se esforcem de forma extrema para garantir estes materiais escolar.

Para esta finalidade, cerca de 37,5% das crianças dos pais entrevistados estão cadastradas no programa de assistência a famílias de baixas renda (inferior a R\$ 100 *per capita*), o Bolsa Escola do governo Federal, Criado com objetivo de manter as crianças na escola, na tentativa de que estas não se desviem de suas atividades escolares para exercer alguma atividade remunerada durante os seus períodos de aula.

Na verdade este tipo de ação por parte das autoridades políticas, não representa nenhuma alteração concreta na condição de desfavorecido político, econômico e cultural que se encontra grande parte da população brasileira. Estas ações são parte apenas de uma política de “apaliamento” social, das dívidas acumuladas historicamente, provocadas por um processo de exploração e condenação à submissão de uma classe a outra.

A representação desta quantia irrisória (R\$ 15,00 por aluno cadastrado), que para muitas famílias carentes, possa representar uma ajuda importante. Em suma não surtir maiores efeitos na posição de repetentes que ocupa seus filhos na escola, uma vez que a falta de materiais escolares (cadernos, lápis, borracha e ect.) a qual é destinada a compra pela quantia disponibilizada pelo programa bolsa escola, pode contribuir, mas não é a causa que determina o fracasso escolar.

⁶ Entrevista transcrita respeitando a forma de expressar do entrevistado.

Um outro fator que certamente se destaca e influencia na prática em sala de aula, é o acompanhamento dos filhos pelos pais no seu processo educativo (discutido anteriormente nas entrevistas dos professores).

Uma vez feita a seguinte pergunta, vejamos o que considera os pais sobre esta questão:

4 - O seu trabalho (pai) dificulta o acompanhamento dos seus filhos na escola? Por que?

Dos pais entrevistados 50% disseram que sim, ou seja que seu trabalho dificulta acompanhar o andamento dos filhos na escola, "por que o espaço no trabalho é pouco e o tempo que tem disponível nos intervalos não dá para conciliar com as outras coisas que tem de fazer" (Dona Nina mãe de aluno da escola em lócus). Enquanto os demais dos entrevistados disseram que não dificulta acompanhar.

Aqueles que falam das dificuldades, afirma que elas são provocadas pela falta de tempo. E os que dizem acompanhar, relatam ser participando de reuniões, quando convocados pela escola e às vezes observando os cadernos e conversando com os professores.

A participação e o acompanhamento dos pais na educação dos filhos na escola, devem ser feitas de formas freqüentes e ativas, de maneira que reflitam, indaguem e emitem opiniões junto à escola. Esta participação não pode em hipótese alguma se limitar a penas a observação dos cadernos e a participação nas reuniões.

Essas limitações na participação dos pais no andamento da educação dos filhos, são provocadas por sua falta de conhecimento da complexidade do fazer educativo. As suas dificuldades, de fazer um acompanhamento como deveria na escola, dando sugestões, nas atividades promovidas pela escola, solicitando melhores posicionamentos da direção e de professores diante de determinados assuntos ministrados e etc.. muitas vezes pode estar relacionada a pouca ou nenhuma escolaridade que tiveram na vida. Não que tenha que ser exatamente assim, pois às vezes a falta de escolaridade não condiciona a pessoa à ignorância diante dos acontecimentos sociais, uma vez que experiências acumuladas ao longo da vida podem possibilitar a pessoa a

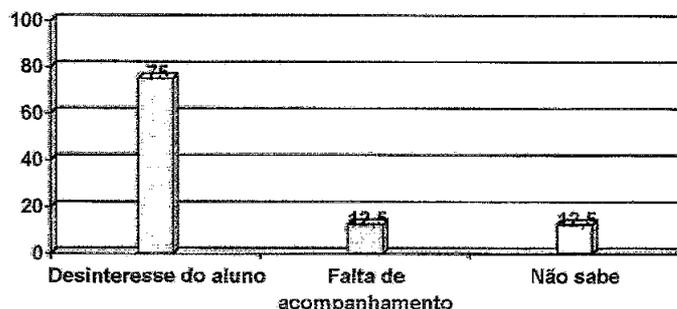
uma leitura apurada dos fatos que acontecem na sociedade e lhe dar condição de opinar de forma coerente diante deles. Porém, neste caso, a hipótese de que a falta de conhecimento do fazer educativo pelos pais não lhes possibilite uma participação consistente na educação dos filhos, ganha força, quando estes pais entrevistados depositam uma confiança “cega” na instituição escolar e no pessoal que atende seus filhos.

Essa confiança dos pais na escola, absolvendo-a de qualquer culpa na repetência ou evasão dos seus filhos, pode melhor ser observado nas respostas da pergunta a seguir:

5 – O que você (pai) acha que aconteceu para que seu filho tenha reprovado ou evadido da escola?

Diante desta pergunta, de um percentual de 100%, ou seja dos 08 (oito) dos entrevistados obtivemos as seguintes respostas apresentadas no gráfico a seguir.

Demonstrativo na opinião dos pais do motivo da reprovação dos seus filhos



Fonte: Pais de alunos reprovados entrevistados na pesquisa de campo em junho de 2005.

O gráfico acima mostra a opinião dos pais sobre o que levou seus filhos à posição de reprovado ou evadido na escola Criança feliz. Entre eles, 75% acreditam que a causa para que isto ter acontecido foi a falta de interesse do próprio aluno, como demonstra em suas palavras dona Cristina: “A falta de interesse, interesse muito pouco, seno pelo professor, o professor faz o que

pode"⁷. Os demais entrevistados, 12,5% disseram que não sabem o que aconteceu para que isto viesse acontecer, e os restantes, 12,5%, atribuíram à falta de acompanhamento deles aos filhos na escola como relata seu Antonio:

Por que ele num tava mais eu, eu tava morano pra culá eles tava mais o vô deles, é por isso aí a gente quase num acompanhava.⁸

Grande parte dos pais que responsabilizam os próprios alunos pelo seu fracasso escolar, dizem que estas crianças não obtêm boas notas porque são preguiçosas, ou mesmo pouco estudiosas e distraídas, Ceccon (1982, p. 23) fala que:

Os pais também se sentem, eles próprios, meio culpados porque não são capazes de ajudar os filhos como gostariam nos deveres de casa e na preparação dos exames. Eles chegam exaustos do trabalho, ainda tem que se ocupar dos filhos menores e, muitas vezes, não dominam os conhecimentos e as matérias que a escola exige.

Neste Sentido, é válido ressaltar as péssimas condições de vida da clientela da Criança Feliz, e que por isso se assemelham às considerações acima. Assim, por mais boa vontade que a maioria desses pais tenham, sua contribuição no plano educativo-pedagógico dos seus filhos é pouca.

Também, desconhecem grande parte dos conteúdos ministrados em sala de aula, pois sua realidade e sua bagagem cultural se diferencia acentuadamente dos saberes deslumbrado nos livros didáticos, sobretudo em alguns livros financiados pelo poder público, que não representa o caráter real da grande parcela pobre da população brasileira.

Essa tendência pode ser percebida claramente nesta pesquisa, quando, na pergunta a seguir:

6 - Você (pai) acha que aquilo que seu filho aprende na escola tem alguma ligação nas coisas que eles vivenciam em casa ou na rua?

⁷ Entrevista transcrita respeitando a forma de expressar do entrevistado.

⁸ Entrevista transcrita respeitando a forma de expressar do entrevistado.

Ao responder esta pergunta, todos os 08 (oito) entrevistados disseram que sim, que vêem uma ligação entre o aprendizado de sala de aula com sua vivência em casa ou na rua. Porém, numa análise mais profunda das respostas emitidas de forma unânime pelos pais, é fácil perceber que algumas destas afirmativas se fizeram diante de uma má interpretação da questão entre alguns dos entrevistados.

Neste sentido é de grande valia registrar o depoimento de dona Marlene:

Eu acho que sim, ajuda muito, tanto eu qui o pai deles, ajuda muito, as veiz eu tenho dificuldade em alguma e eles já me ensina, meu istudo é poco, me ajuda bastante graças a Deus.⁹

Pode-se observar diante dessa resposta, que é possível confirmar a capacidade de envolvimento e acompanhamento na vida escolar dos alunos por alguns pais (contudo, esta não pode ser considerada a causa do fracasso), uma vez que o fato se dá justamente ao contrário do que deveria ser. No lugar do filho ser auxiliado pelos pais na tarefa de casa, o pai é que recebe esse auxílio dos filhos.

A interpretação feita por alguns dos entrevistados, não ganhou os sentidos esperados pela pergunta, de esclarecer a aplicabilidade do aprendizado construído em sala de aula nas experiências diárias da vida dos alunos. Como podemos perceber nas palavras de seu Eduardo: “Eu acho que sim, qui vai melhorar a vida deles...”.

A relação dos conteúdos ministrados em sala de aula, e o seu uso no cotidiano da criança, validam e dão fundamento ao conhecimento transmitido ou construído no meio escolar. O distanciamento entre estas duas instancias denota uma incoerência substancial do processo educativo escolar ao desenvolvimento da pessoa.

Para uma melhor compreensão da forma como pensa e considera alguns fatores que se define na sua educação, ou faz parte dos elementos que constitui o ambiente escolar da criança, é que lhes foi dirigida as seguintes

⁹ Entrevista gentilmente cedida pela senhora “L.” em junho de 2005.

questões, que possibilitam análise qualitativa e quantitativa diante das respostas colhidas.

3.2.2 – Dos dados obtidos: A visão dos alunos.

Obter uma noção do que pensam os alunos sobre a educação que recebem, é fundamental para algumas considerações finais dentro deste trabalho, sobretudo diante do que já foi exposto a respeito do que consideram os professores e os pais destes alunos repetentes ou evadidos.

Neste sentido, para a obtenção das informações que veremos a seguir foram dirigidos uns questionários aos alunos com as seguintes perguntas:

1 – Você (aluno) gosta de ir à escola? Por que?

Veja o que responderam os 11 (onze) alunos entrevistados:

Ao responderem a pergunta, todos os alunos disseram de maneira positiva, ou seja, que gostam de ir a escola. Sendo que 04 (quatro) dos entrevistados ao justificar a razão pelo qual vai a escola, relacionaram a oportunidade de conseguir um melhor emprego e ter uma condição financeira melhor na vida. “Porque é muito importante para se formar e para ter uma profissão”¹⁰ (Bruno Silva). Outros alunos (dois) disseram simplesmente que é por que gostam de estudar e outros alunos ainda (seis) falaram que é pela possibilidade de aprender, como relata Andréia: “porque a escola tem muita coisa que eu posso aprender”.

A aspiração a um futuro melhor que a escola representa para os mais pobres é um fator visivelmente percebido diante das respostas de alguns alunos. Para esta camada social, a escola é vista como uma alavanca de impulso para uma vida melhor.

Essa função exclusiva atribuída ao ensino, é a mesma que os pais entrevistados justificaram anteriormente, quando perguntados do objetivo pelos quais colocam seu filho na escola, que disseram ser para garantir um futuro na vida.

¹⁰ Todas as entrevistas dos alunos expostas no trabalho foram colocadas na forma como escreveram no questionário direcionados a eles.

Neste sentido, é de grande valia registrar um depoimento de um daqueles pais entrevistados, para poder explicitar a esperança de melhores oportunidades depositada no estudo, e que os filhos acabam interiorizando:

“Eu não quero que ele cresça uma pessoa sem saber ler e escrever, eu quero que ele seja uma pessoa sabida, que se arrume melhor mais tarde, eu quero que ele tem o que num tive, pra quando crescer arrumar um bom emprego, por que todo mundo sabe que sem emprego não arruma nada.”

De acordo com Ceccon, (1982, p. 18), essa expectativa que a escola representa, é ainda mais forte nas camadas sociais menos favorecida:

“Para o povo, a escola é praticamente o único meio de ascensão social, de subida na vida. O sucesso nos estudos seria a grande oportunidade oferecida a todos para compensar as desigualdades de dinheiro, de importância e de posição social.”

Nesse contexto, pode-se perceber claramente a transferência dos objetivos da educação de proporcionar a construção do conhecimento e preparo do aluno mediante uma formação para a vida cotidiana em sociedade na realização integral do indivíduo social, para a expectativa única de abertura de possibilidades e “garantia” de um emprego melhor.

A necessidade de conseguir um diploma escolar, acabar ocupando o lugar que deveria ser do aprendizado, da formação democrática do cidadão, numa forma prazerosa, calcada nos valores pedagógico do conhecimento escolar como uma extensão do conhecimento que a criança traz de casa.

As mazelas de uma vida pobre roubam o prazer do conhecimento das crianças, e lhes apresenta a educação escolar para um futuro distante, como único recurso que as “possam” tirar dessa situação de pobreza.

A vida de uma criança pobre é muito difícil, e por isso aprendem desde cedo com os pais que essa é a alternativa da salvação para essa situação social que se encontra estabelecida.

Paro (2001, p. 78 e 79) nos fala que:

“Do diálogo-padrão de um pai ou mãe com seus filhos estudantes a respeito de seu desempenho escolar, pode-se facilmente depreender que as crianças e jovens vão a escola não para aprender, mas para passar de ano, já que a preocupação do adulto é quase sempre com a nota e com a promoção e não com o aprendizado e com a formação da personalidade por meio da educação. A nota boa e a promoção funcionam, assim, de modo bastante significativo, como o reconhecimento do mérito do estudante, produto de seu esforço, na competição pela vida.”

Neste contexto, é importante observar que ao contrário dos pais, não existe entre os alunos, uma satisfação total diante do atendimento que lhes são oferecidos.

Uma vez feito a seguinte pergunta:

2 – Como você (aluno) gostaria que fosse a sua escola e sua sala de aula?

Os alunos ao responderem, 10 (dez) dos entrevistados apresentaram alguma objeção, em relação a sua escola e sua sala de aula. Essas insatisfações podem ser observadas por exemplo nas palavras do aluno Caio, que fala “gostaria que tivesse um professor que conversace com a gente e desse conselho para seus alunos”, e no que diz também Alexandre: “gostaria que tivesse todos os materiais que nós precisamos”. No entanto existe um aluno que ao responder: “a escola já é boa o bastante” (Moisés), e por isso não apresentou nenhuma objeção sobre a mesma.

Em grande parte, as objeções apresentadas pelos alunos passam pela necessidade de materiais didáticos pedagógicos, de uma melhor estrutura da escola, como quadra de esportes, mobiliários novos, salas ventiladas e limpas.

Dessas objeções, o mau aparelhamento das escolas publica, é uma verdade gritante (não menosprezando as demais reivindicações), pesquisas têm nos mostrado que ao longo dos tempos a educação no Brasil não tem ocupado um lugar de destaque diante das autoridades políticas deste país, “na organização dos termos, o poder público oferece um ensino fadado ao insucesso,” Paro (2001, p. 100), sobretudo quando se trata de educação para a camada mais pobre da população.

Não é nenhum privilégio o saber de que a educação escolar no histórico da sociedade brasileira, desde o período colonial, tem se mostrado, como uma vertente proporcional de favorecimentos do aprendizado sistematizado a elite que concentra consigo o poder político e econômico deste país.

A exemplo da Europa, o sistema de ensino Brasileiro, perdurou durante boa parte da história numa negação claramente afirmada nos punhos sociais, do direito ao ensino formalizado, com escolas somente para os filhos dos ricos, caminhando pelo sistema de ensino separado em uma escola primária para os pobres, no mero serviço de instrução da classe trabalhadora, e no ensino superior humanista, claramente calcado nos ideais burgueses.

O sistema escolar brasileiro com todos os avanços obtidos até o momento, nas reformas do ensino, disponibilidades de profissionais, e um maior número de prédios escolares dentre outras, nunca foi alvo prioritário das políticas públicas nacionais para a população em geral.

Segundo Ceccon (1982, p. 53), no sistema educacional brasileiro, existem escolas “boas” e escolas “carentes”,

“Para as escolas ‘boas’ vão sempre os professores mais competentes e experientes. Nelas, as condições de trabalho são melhores. Há um número menor de alunos por turma e o tempo de aula é maior. O material didático também é abundante e de boa qualidade. Nas escolas ‘carentes’ dá-se ao contrário. Os professores estão sobrecarregados e insatisfeitos. Por causa disso, ficam pouco tempo na escola. O material didático é inadequado e insuficiente. As turmas estão superlotadas e as crianças têm menos tempo de aula. (...) Essas escolas ‘boas’, bem equipadas, onde se estuda mais e melhor, estão quase sempre localizadas nos bairros de classe média e nos bairros mais prósperos. Já as escolas ‘carentes’ onde falta tudo, estão localizadas nas áreas onde mora o pessoal mais pobre”.

Para este, as melhores escolas estão com os que menos necessitam, pelo maior poder de reivindicação que possuem em relação ao pessoal da periferia.

Outra questão muito discutida na educação e que se faz presente na escola Criança Feliz, mas que vale a pena ressaltar, tem sido a relação geralmente distante do currículo escolar com o cotidiano da criança.

Proporcionar aos educandos formas variadas de ligação dos conteúdos ministrados em sala de aula com o dia-a-dia de sua vida, pode representar a chave dos seus interesses para o ambiente escolar. É papel da escola trabalhar os conteúdos de forma mais contextualizada possível, numa aproximação de conteúdo e contexto, numa estimulação da criança a autonomia na aquisição do conhecimento.

Para as crianças da escola Criança Feliz, na forma dos dados colhidos, nessa relação de conteúdo e vida cotidiana, essa situação se representa na seguinte forma a partir da pergunta:

3 – Você (aluno) vê alguma relação nos assuntos que você estuda na escola com sua vida fora da dela?

Diante da pergunta acima, dos 11 (onze) entrevistados, 06 (seis) dos alunos responderam de maneira positiva, ou seja, disseram que vêem uma relação nos assuntos ministrados em sala de aula com sua vida fora dela. Esta resposta porém, são dadas sem tecer nenhum comentário sobre a forma que acontece esta relação. Contudo, outros três responderam positivamente tentando explicar, como faz Otávio: “é por que ela fala sobre a educação dentro e fora da escola”. No mais, apenas 02 (dois) disseram que não vêem esta relação entre os conteúdos e sua vida extra-escolar.

Curiosamente, este percentual dos que enxergam esta relação, supera as opiniões dos professores, uma vez que apenas 40% daqueles professores falaram fazer essa ponte entre conteúdo o escolar e o cotidiano familiar do aluno.

Entre os alunos, apesar desta afirmação serem feitas. Eles não conseguem estabelecer ou mesmo exemplificar como acontece esta contextualização, suas explicações se limitam em dizer que é por que a professora fala da educação fora da escola, por exemplo.

Falar ou perguntar sobre algum assunto que não seja o de sala de aula, não significa exatamente que este esteja se dando de forma contextualizada, para que o seja, é necessário que o aluno não apenas tome conhecimento de conteúdos extraclasse, mas que além de conhecer, seja levado a refletir, a

comparar com experiências já vivida por ele e por outros, e ver as possibilidades de fazer uso desses novos conhecimentos em seu cotidiano.

Uma outra questão, que diz respeito à metodologia e a forma de ministrar atividades em sala de aula, são o uso de materiais alternativos como auxílio pedagógico, do tipo revista jornais, joguinhos e etc. (já comentadas na entrevista com os professores, mas que merece ser relacionado com as opiniões dos alunos).

Quando perguntados se:

4 – Além do livro didático a professora usa outros materiais (revista, jornais, jogos) como auxílio em suas aulas?

Dos entrevistados, 04 (quatro) disseram que não, que além do livro didático a professora não usa outros materiais pedagógicos como auxílio em suas aulas, contudo 02 (dois) destes disseram sem tecer nenhum comentário, enquanto os outros dois alunos falaram que as suas professoras só utilizam o livro didático. Dessa forma, os 07 (setes) demais, afirmaram que sim, sendo que destes, 02 (dois) fizeram a afirmativa sem tecer comentário nenhum, e os restantes dos sete, confirmaram relatando os recursos presentes na pergunta (revistas, jornais e etc.), e ressaltando sua importância. Como faz Fabio que diz: “usamos, por que ajuda muito”.

O uso de materiais alternativos, pode ser caracterizado como uma saída aos professores na ausência dos materiais pedagógicos por eles relatados. A iniciativa do professor de diversificar sua metodologia, buscando em novos elementos pedagógicos os instrumento capaz de propiciar um maior e melhor aprendizado à criança, pode contribuir de forma significativa aos professores da Criança Feliz para um maior e melhor aproveitamento escolar do aluno no final do ano letivo.

Por fim, outro assunto muito discutido no meio escolar e no meio social de modo geral, é a necessidade que algumas crianças tem de trabalhar para ajudar no sustento dos seus familiares. Em muitos casos a urgência em exercer alguma função remunerada, tira as possibilidades da criança de se dedicar mais ao estudo. A experiência do trabalho cedo, sobretudo o remunerado, pode lhes roubar a vontade de dedicar-se ao estudo.

Quando dirigida a seguinte pergunta as Crianças desta pesquisa, suas respostas são:

5 – Você (aluno) exerce alguma trabalho que não seja da escola quando não está na aula? De que tipo?

Para as crianças desta pesquisa, o trabalho se faz presente na vida de pelo menos 08 (oito) dos 11 (onze) entrevistados, de acordo com suas respostas elas dizem exercer funções diárias em casa ajudando os pais, cuidando dos irmãos e exercendo trabalhos remunerados nas ruas vendendo lanches, como podemos confirmar nas palavras de Diego Silva: “Sim, Vendo pastés, chope e suco”. Os demais dos entrevistados (três), afirmaram que não exercem nenhum trabalho em casa, “...dizendo que somente responde as atividades e os trabalhos que vem da escola”.

Se percebe, que as necessidades de algumas destas crianças esta além de suas vontades, têm que aprender a se virar sozinhas mais cedo do que as crianças de outras classes, aprendem a sobreviver nas ruas e começam desde pequenas a fazer pequenos “bicos” para ganhar a vida (Ceccon, 1982,p. 56).

Começar cedo no mundo do trabalho assumindo responsabilidades diante da economia da família pode representar grande perda na vida escolar destas crianças, uma vez que lhes tiram os momentos para dedicar-se mais ao estudo e dessa forma lhes condiciona a uma menor dedicação à vida escolar.

É preciso que se dignifique a condição as condições sociais neste país, para que as crianças não tenham tanta necessidade de trabalhar para ajudar no sustento das famílias, e dessa forma dedicar-se mais aos estudos. Essa verdade que hora se apresenta na sociedade brasileira, é resultado do descaso político histórico que deve ser mudado, e nesta mudança, a educação escolar, por meio dos educadores firmes no compromisso, devem fazer justa a importante função de formadores de opiniões e idéias que são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado com certeza ainda será fruto de estudo de muitos teóricos da educação brasileira. Percebemos uma necessidade de se iniciar, ou aprofundar uma discussão sobre essa etapa do Ensino Básico da educação nacional, visto que esse problema da retenção se inicia quando o aluno inicia sua vida escolar e sempre lhe assombra enquanto estiver em um estabelecimento de ensino.

Seria por demais pretensão minha concluir esse trabalho, visto que o tema, não o permite, porque enquanto esse sistema seletivo da educação brasileira perdurar, vivenciaremos esse problema.

Proponho-me aqui fazer algumas observações sobre as percepções que tive no decorrer do desenvolvimento desse trabalho, e tentar apontar algumas sugestões, não de atividades, mas de atitudes ou posturas que permitam melhorar o ensino básico.

Diante dos dados expostos foi possível a percepção de que existe por parte de alguns educadores uma passividade diante dos fatos negativos (insucesso escolar) que se apresentam no ambiente de ensino, capaz de comprometer o desenvolvimento de atividades mais consistentes, como certas ações do tipo administrativo-pedagógico que visa um melhor desempenho da unidade escolar, e conseqüentemente do padrão de qualidade educacional dos alunos. Essa manifestação negativa possui uma íntima ligação com a má formação de alguns profissionais, traduzida no desconhecimento básico de procedimentos político-pedagógicos que ultrapassem o momento de sala de aula e se estenda até as demais situações e instancias que compõem o ambiente escolar.

Não é possível dentro desta problemática, deixar de apontar aqui como um dos grandes colaboradores para esta situação desfavorável, no quadro de aprovação da Escola Criança Feliz, o sistema político e social local, que na ordem em que se apresenta condicionando os pais e as crianças da escola lócus a uma incômoda situação econômica, caminha contra a um favorecimento do rendimento escolar do aluno, não pela posição econômica que esse pai ocupa, mas pela incapacidade da escola de converter seus atos

educacionais considerando tamanha situação, ou seja proporcionar uma educação capaz de considerar as particularidades vivenciadas nestas condições por estas crianças.

Falta um padrão de qualidade do ensino ministrado que seja compatível com a realidade que estas crianças estão inseridas, não que o ensino a ser ministrado deva se dar de forma mais branda para estas crianças, facilitando sua promoção à série seguinte, mas que diante da situação que se conhece, possa empregar qualidade considerando os diferentes atores presentes na sua vida intra e extra-escolar e que precisa ter algum elo de ligação com os conteúdos de sala de aula para que possa ganhar sentido imediato, diariamente, sua presença na escola.

Padrão de qualidade pode ser entendido de diferentes formas, de diferentes aspectos, dependendo dos conceitos de cultura que se tem em mente. De qualquer forma, é difícil garantir um padrão de qualidade educacional num sistema que não oferece as estruturas básicas para a realização escolar.

Para que essa melhoria no sistema escolar de fato se efetive, é preciso principalmente que as escolas, as secretarias de educação e as gerências de políticas públicas criem projetos articulados com a comunidade escolar como instrumentos coletivos de melhoria para que o ensino não se transforme em uma bola de neve de mazelas, que a cada nível se transforme apenas em um grau maior de ineficiência.

Neste sentido, os programas presentes na escola Criança Feliz, se trabalhado de forma coerente, empenhada, pode significar o começo de um processo de democratização da escola, uma vez que define metas e ações, que se assumida com responsabilidade pela comunidade escolar e pelo poder público, pode apresentar consideráveis melhorias na vida escolar do aluno.

No entanto o poder municipal executivo local, ao invés de ajudar muitas vezes atrapalha, com sua falta de compromisso e responsabilidade diante da educação pública, principalmente quando tentam e fazem da educação um palco de promoção política, na angariação de votos em troca de cargos.

Com base nessas observações, elaborei algumas propostas estruturais que possam vir a auxiliar num melhor desenvolvimento do ensino fundamental:

- Ampliar programas de formação em nível superior para todas as escolas da rede de ensino, considerando a escassez de profissionais habilitados;
- Dar acesso a professores que desejam continuar seus estudos através de bolsas ou licenças para estudos de pós-graduação;
- Criação de uma política de contratação de professores, via concurso público, de acordo com o previsto na constituição, ou seja no máximo de quatro em quatro anos. Sendo que as vagas ofertadas sejam de acordo com a demanda das escolas;
- Criar espaços dentro das SEMED's e da própria escola para disseminar políticas voltadas a formação profissional continuada, a pesquisa, o planejamento e projetos;
- Promover curso de capacitação para o quadro de apoio administrativo;
- Melhoria da política salarial;
- Garantir bibliotecas, videotecas, laboratórios e equipamentos que possibilitem uma dinamização das aulas;
- Criar estratégias de mobilização e envolvimento da comunidade escolar, no processo de discussão e implantação do projeto político pedagógico.

Estas sugestões acima relacionadas, se fazem indispensável à efetivação de uma melhoria não só da Escola Criança Feliz, mas também de toda rede municipal de São Domingos do Araguaia. Suas considerações, das sugestões, devem um tanto quanto antes, ser posta em pratica, a fim de evitar que a cada dia o problema da repetência e da evasão escolar não se agrave.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOWICZ, Anete e **MOLL**, Jaqueline (Orgs.). *Para além do fracasso escolar*. 5ª edição: Papyrus, 2002.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Ltc. 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995. - (coleção Primeiros passos; 20)

CECCON, Claudius, **OLIVEIRA**, Miguel Darcy de e **OLIVEIRA**, Rosiska Darcy de. *A vida na escola e a escola da vida*. 24ª edição. Instituto de Ação Cultural (IDAC): Vozes, 1982.

CUNHA, Luis Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: 1988.

DELORS, Jacques. *Educação, um tesouro a descobrir*. 8ª edição. Unesco – Mec: Cortez, 2003.

EDUCAÇÃO, Ministério da – Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE. *Avaliação do programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Audiência Pública – Marabá/Pa*. 2002.

HARPER, Babette... et al.; *Cuidado, escola!*. 35ª edição. Instituto de Ação Cultural (IDAC): Brasiliense, 2000.

PARO, Vitor Henrique. *Reprovação Escolar, renuncia à educação*. 1ª edição. Xamã, 2001.

RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. 7ª edição. Questões da nossa época: Cortez, 1996.

SILVA, Antonio Felix da. *Migração e Crescimento urbano: um estudo de caso sobre o bairro São Luís – São Domingos do Araguaia-Pará*. 2004.

SOBRINHO, José Amaral. *O plano de desenvolvimento da escola e a gestão escolar: situação atual e perspectivas*. Série documentos – FUNDESCOLA/MEC. 2001.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de e **SILVA**, Eurides Brito da. *Como entender e aplicar a nova LDB*. 1ª edição. Pioneira, 2000.

SOUSA, Clarilza Prado de. (org.) *Avaliação do rendimento escolar*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1993.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CRIANÇA FELIZ

1 – Você (professor) conta com acompanhamento técnico-pedagógico para realização do planejamento?

2 – Em geral você (professor) participa das reuniões de planejamento?

3 – Você (Professor) dispõe na escola de material pedagógicos suficiente e adequados para o bom desenvolvimento de suas atividades?

4 – Em sala de aula os alunos são estimulados a expressar suas opiniões? De que forma?

5 – Você (professor) trabalha os conteúdos de maneira contextualizada, relacionando-os com a realidade dos alunos?

6 – Quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos em sala de aula?

7 – Quais as disciplinas que mais reprovam os alunos? Por quê?

8 – Como vocês (professores) reagem aos resultados negativos no final do ano letivo?

9 – Quem vocês (professores) acham ser o culpado pelo fracasso do aluno?

10 – Você (professor) exerce outra função além da sala de aula? Qual?

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM ALUNOS DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CRIANÇA FELIZ

1 – Com que objetivos você (pai) coloca seu filho para estudar?

2 – Como você (pai) gostaria que fosse a escola para o seu filho?

3 – Você (pai) tem alguma dificuldade financeira em manter seus filhos na escola?

4 – O seu trabalho (pai) dificulta o acompanhamento dos seus filhos na escola? Por que?

5 – O que você (pai) acha que aconteceu para que seu filho tenha reprovado ou evadido da escola?

6 – Você (pai) acha que aquilo que seu filho aprende na escola tem alguma ligação nas coisas que eles vivenciam em casa ou na rua?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAIS DE ALUNOS DA ESCOLA
MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CRIANÇA FELIZ

1 – Você (aluno) gosta de ir à escola? Por que?

2 – Como você (aluno) gostaria que fosse a sua escola e sua sala de aula?

3 – Você (aluno) vê alguma relação nos assuntos que você estuda na escola com sua vida fora da dela?

4 – Além do livro didático a professora usa outros materiais (revista, jornais, jogos) como auxílio em suas aulas?

5 – Você (aluno) exerce alguma trabalho que não seja da escola quando não está na aula? De que tipo?

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO DE ENSINO FUNDAMENTAL CRIANÇA FELIZ

PLANO DE CURSO

Série: 1ª

DISCIPLINA: PORTUGUÊS

2005

OBJETIVOS

- ✓ Desenvolver a escrita correta das palavras.
- ✓ Concluir que o alfabeto tem 26 letras
- ✓ Identificar e as vogais e as consoantes do alfabeto
- ✓ Traduzir e empregar o termo sílabas.
- ✓ Separar corretamente as sílabas das palavras estudadas.
- ✓ Empregar corretamente as letras maiúsculas
- ✓ Destingir nomes comuns e nomes próprios
- ✓ Identificar as palavras masculina e feminina
- ✓ Ordenar palavras em frases
- ✓ Ordenar frases, formando uma histórica consequência lógica de acontecimento.
- ✓ Participar de atividades artísticas e musica em grupo ou individual.

CONTEÚDOS

- ✓ Escrever o alfabeto e fazer a junção das vogais e consoantes para formar sílabas palavras e pequenos textos
- ✓ Alfabeto
- ✓ Consoantes e vogais
- ✓ Ordem alfabética
- ✓ Separação das palavras em sílabas
- ✓ Letras maiúsculas e minúsculas
- ✓ Nomes comuns e nomes próprios
- ✓ Masculino e feminino
- ✓ Ordenação de palavras
- ✓ Ordenação de frases

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- ✓ Leitura de poesia para identificação e copia de palavra que começa com vogal.
- ✓ Separação de palavras em sílabas.
- ✓ Complementação de palavras com letras maiúsculas e minúsculas em frases.
- ✓ Colocação de letras em ordem alfabéticas.

- ✓ Agrupamento e cópia de nomes comuns e nomes próprios.
- ✓ Pesquisas de nomes comum e próprio.
- ✓ Recortes e agrupamento de palavras masculinas e femininas de jornais de revistas.
- ✓ Observação de gravuras para escritas frases formando uma historia.
- ✓ Elaboração de um alfabeto ilustrado, canção com batidas de palmas.

ATIVIDADES:

- ✓ Leitura individual e silenciosa
- ✓ Trabalhar com poesia e textos variado
- ✓ Ditado de palavras
- ✓ Nomes de pessoas e objetos
- ✓ Recortes de gravuras para com fissionar cartazes e elabora frases
- ✓ Musica com o alfabeto

AVALIACAO

Avaliação será feita continuamente através de todos os trabalhos realizado pelos alunos.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA

OBJETIVOS:

- ✓ Ter noção e conhecer os números;
- ✓ Propiciar ao aluno atividade de pensar, raciocinar, relacionar, fazer operações simples;
- ✓ Saber contar e representar simbolicamente;
- ✓ Conhecer os sinais das operações matemáticas.

CONTEUDOS:

- ✓ Agrupamento de figuras para representar os números;
- ✓ O que pertence e o que não pertence;
- ✓ Realização de operações simples com material concreto. Ex; feijão milho etc.
- ✓ Registro e relação entre a quantidade.
- ✓ Noções de antecessor igualdade e desigualdade ordem crescente e decrescente;
- ✓ Adição e subtração;
- ✓ Tempo;
- ✓ Dia e noite;
- ✓ Durante e depois, dia, semana, mês e ano;
- ✓ Geometria;
- ✓ Figuras planas: quadrado círculo, retângulo e triangulo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentação a partir do material concreto, para os alunos, manipulando em contagem: ex: os dedos das mãos, grãos, palitos etc.

Representação por escrito dos números contados;

Realização de operações bem simples.

ATIVIDADES:

- ✓ Utilização de jogos matemáticos elaborados principalmente pelo professor e pelo aluno;
- ✓ Selecionar objetos diversos por grupos em determinada quantidade. Ex: similar os dados bingos cartas de baralho dominó jogo da velha e blocos lógicos.

DISCIPLINA: CIÊNCIAS

OBJETIVOS:

- ✓ Proporcionar ao aluno o conhecimento dos seres vivos;
- ✓ Identificar os tipos de seres (animais plantas, pessoas etc.).
- ✓ Levar os alunos a ter conhecimento sobre o corpo humano,

CONTEÚDOS:

- ✓ Os seres vivos e brutos;
- ✓ As diferenças entre os seres;
- ✓ O corpo humano (os órgãos do sentido: espessuras cores tamanhos e composição);
- ✓ Formas peso (tato);
- ✓ Sabor;
- ✓ Som;
- ✓ Odor;
- ✓ Higiene ambiental;
- ✓ Higiene da casa, da escola da comunidade;
- ✓ Como conversar a higiene da casa, da escola, e da comunidade;
- ✓ Os perigos da falta de higiene;
- ✓ Saneamento básico da casa bairro e da cidade.
- ✓ Serviço público de saneamento municipal;
- ✓ Animais;
- ✓ Plantas;
- ✓ Partes;
- ✓ Utilidades;
- ✓ Tipos de plantas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentação dos tipos de seres vivos através de figuras, desenhos, conversa informal;
Representação das partes do corpo através de música onde os alunos vão marcando cada parte: ex: meu boneco de lata.

ATIVIDADES:

- ✓ Confeção de materiais pelos alunos colagem de figuras que represente dos diferentes seres vivos.
- ✓ Realização de brincadeiras com os alunos, utilizando a caixa surpresa que é confeccionada em cartolina ou utiliza-se a caixa de giz coloca-se perguntas dentro e circula entre os alunos para responder a pergunta.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA/HISTORIA

OBJETIVOS:

- ✓ Identificar a sua origem;
- ✓ Proporcionar ao aluno construir a sua identidade;
- ✓ Identificar a escola, o bairro os meios de transporte, comunicação, o lugar onde moramos etc.

CONTEÚDOS

- ✓ A família (o que é família?)
- ✓ O nome do aluno (data e local de nascimento);
- ✓ A escola;
- ✓ O meio ambiente onde vivemos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Identificação da família, a quem pertence;
Identificação de qual grupo social ele faz parte;
Realização de um desenho da escola onde estuda;
Diálogo informal sobre os meios de transporte.

ATIVIDADES:

- ✓ O que é uma família?;
- ✓ Realizar atividade através de desenho ou colagem de figuras que identifique a família;

- ✓ Desenhe sua escola e as pessoas que trabalham na escola;
- ✓ Qual o nome do bairro da rua e da cidade onde mora;
- ✓ Atividade através de colagem dos meios de transportes e comunicação.

Disciplina: Religião

OBJETIVOS:

- ✓ Mostrar que os seres humanos têm a capacidade de utilizar a natureza para satisfazer suas necessidades;
- ✓ Identificar o mundo e tudo que existe nela;
- ✓ Mostrar que os seres humanos existem para ser feliz e para viver como irmãos;
- ✓ Identificar o pão, o vinho, a bíblia e Jesus, como principais alimentos para o corpo e também para nossa alma.
- ✓ Mostrar do aluno a importância da bíblia por que ela falar do amor de Deus e da criação do mundo.

CONTEÚDOS

- ✓ A criação do mundo
- ✓ Amor de Deus
- ✓ Como irmãos
- ✓ Trabalho da terra
- ✓ O pão e alimento
- ✓ Trabalho conjunto
- ✓ A bíblia
- ✓ Jesus
- ✓ O trabalho de Jesus
- ✓ Comunidade
- ✓ Pão e o vinho

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- ✓ Trabalhar com cartazes, musica, atividade mimeografada, fita de vídeo e a bíblia.
- ✓ Aula dialogada
- ✓ Discussões sobre cada assunto para solucionar duvidas
- ✓ Tarefas e textos mimeografadas colagem de gravuras religiosas.

ATIVIDADES:

- ✓ Textos mimeografados
- ✓ Colagens de gravuras religiosas etc;
- ✓ Confecção de cartazes;
- ✓ Estudos de passagens bíblicas;
- ✓ Pintura de desenhos religiosos

AVALIAÇÃO

Avaliar o aluno de forma continua através do trabalho propostos.

Disciplina: Artes

OBJETIVOS:

- ✓ Interagir com materiais instrumentos e procedimentos variados em artes experimentando-os e conhecendo-os de modo utiliza-los nos trabalho pessoal;
- ✓ Buscar e saber organizar informações sobre a arte através de revista livros jornais e ilustrações.

CONTEÚDOS

- ✓ Artes visuais: Desenho, pintura, colagem, gravura, modelagem, historia, em quadrinho tudo criação e construção.
- ✓ Dança: característica corporais movimentos equilibrio seleção de gestos reconhecimento e desenvolvimento da expressão em dança.
- ✓ Musica: interpretação de musica identificação de instrumento, brincadeira jogos e atividade diversas com os elementos da linguagem musical.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- ✓ Apresentação de musica para que aluno possa expressar através de danças e movimento ritmos.
- ✓ Criar formas artisticas para demonstrar alguns tipos de capacidade e habilidades dos alunos.

AVALIAÇÃO

- ✓ Avaliar o aluno através do trabalho atividades etc.
- ✓ Forma continua do aluno em quanto a interação com os colegas.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

CRIANÇA FELIZ

PLANO DE CURSO

Série: 2ª

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

OBJETIVOS:

- ✓ Ler oralmente o texto com desenvoltura respeitando os sinais de pontuação individual em grupo;
- ✓ Ler silenciosamente o texto sem mover os lábios;
- ✓ Fazer uso do dicionário para resolver problemas relativos ao significado de palavras.
- ✓ Identificar a idéia principal do texto;
- ✓ Produzir textos escritos com clareza de idéias;
- ✓ Ler e escrever corretamente;
- ✓ Identificar palavras pertencente a mesma família;
- ✓ Relacionar ortografia das palavras quando flexionada no grau;
- ✓ Formar frases a partir de palavras ou gravura;
- ✓ Fazer copia respeitando os sinais de pontuação;
- ✓ Fornecer nomes de lugares conforme elemento dado;
- ✓ Nomear meios de transporte;
- ✓ Identificar palavras pertencente a mesma família.

CONTEUDOS:

- ✓ Estudo do texto de interesse do aluno;
- ✓ Família de palavras;
- ✓ Gramática;
- ✓ Ortografia;
- ✓ Produção de textos;
- ✓ Dicionário;
- ✓ Frases;
- ✓ Copias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- ✓ Leitura silenciosa, em grupo e individual;
- ✓ Resolução de problemas relativa ao significado de palavras com uso de dicionário;
- ✓ Identificação da idéia principal do texto através da leitura estudada;
- ✓ Produção de texto considerando e respeitando as varias idéias do grupo;
- ✓ Formação de frases a partir de palavras ou gravuras.

ATIVIDADES:

- ✓ Leitura silenciosa;
- ✓ Leitura oral individual ou em grupo;

- ✓ Copias de textos na lousa ou lido pelo aluno;
- ✓ Interpretação de textos;
- ✓ Atividades diversificadas;
- ✓ Pesquisas;
- ✓ Ditado de palavras, frases e textos;
- ✓ Estudo de gramáticas e ortografia;

DISCIPLINA: MATEMÁTICA

OBJETIVOS:

- ✓ Identificar e conhecer o sistema de numeração para a utilização desses conhecimentos dos problemas cotidiano e no ambiente familiar, em brincadeira;
- ✓ Realizar atividades que favoreça ao aluno contar numerar medir operar;
- ✓ Ler os números compara-los e ordená-los;
- ✓ Identificar as expressões com desenvolvimento;
- ✓ Identificar as operações e conhecer as formas geométricas;
- ✓ Conhecer o sistema de numeração decimal e sua posição;

CONTEÚDOS:

- ✓ Conceito e definição das figuras geométricas e planas;
- ✓ Números pares e ímpares;
- ✓ Sistema de numeração decimal;
- ✓ Adição de números naturais;
- ✓ Subtração de números naturais;
- ✓ Multiplicação de números naturais;
- ✓ Divisão com números naturais;
- ✓ Numeração romana;
- ✓ Medidas números ordinais;
- ✓ Problemas;
- ✓ Sequência de números (ordem crescente e decrescente).
- ✓ Realização de jogos que favoreçam identificação das quatro operações.
- ✓ Sistema de numeração decimal;

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Representação da escrita romana;
Identificação dos números pares e ímpares.

ATIVIDADES:

- ✓ Apresentação do material concreto para o aluno manipular e conhecer o sistema monetário;
- ✓ Utilização de jogos matemáticos elaborados pelo professor e aluno ex: similar os dados bingos. Carta de baralho, dominó, jogos lógicos etc;
- ✓ Selecionar objetos diversos por grupo e determinar as quantidades;
- ✓ Leitura de histórias que desenvolva histórias nas operações matemáticas pesquisa de preço valor de um vestido calculado a partir do metro;

- ✓ Pesquisar o pão da padaria escrever nome e quantidade para identificação de números ímpares.

DISCIPLINA: CIÊNCIAS

OBJETIVOS:

- ✓ Identificar os elementos que compõem o universo;
- ✓ Identificar e observar a diversidade de pequenos animais meio ambiente onde vivem;
- ✓ Construir as primeiras noções do seu grupo a respeito das pessoas sociais das relações humanas;
- ✓ Conhecer o corpo humano;
- ✓ Identificar o seu modo de ser de viver e trabalhar e dos grupos;
- ✓ Conhecer os animais, alimentos;
- ✓ Identificar a luz;
- ✓ Conhecer os animais os vegetais.

CONTEÚDOS:

- ✓ Universo
- ✓ As partes do corpo humano dos sentidos;
- ✓ Higiene e saúde (cuidado com a água) utilidade da água;
- ✓ Doenças transmitidas: sarampo, caxumba, catapora, coqueluche, poliomielite dengue etc;
- ✓ Origem conservação e cuidados dos alimentos;
- ✓ Identificar a luz (natural e artificial);
- ✓ Conhecer os animais (úteis e nocivos);
- ✓ Classificação quanto ao número de patas;
- ✓ Germinação (plantar semente de feijão) parte do vegetal(utilidade dos vegetais).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Observação da própria parte do corpo humano;
Identificação através de figuras (desenho);
Realização de lavagens das mãos antes e após a merenda;
Apresentação dos diversos tipos de doenças que atingem o ser humano;
[Exposição oral sobre a origem conservação e cuidados] com os alimentos;
Observação do ambiente natural e o ambiente modificado pela luz humana;
Identificação através de figuras dos animais invertebrados sua utilidade e necessidade ao homem;
Experiência com feijão milho, para observação para o processo de germinação;
Identificação das partes de uma planta e suas funções e utilidade.

ATIVIDADES:

- ✓ Comparação de diferentes seres vivos (alimentação, locomoção, reprodução, comparação do desenvolvimento dos seres);
- ✓ Formulação de perguntas e hipóteses;
- ✓ Observação direta e indireta;

- ✓ Confecção de cartazes palestras com professores médicos e enfermeiras;
- ✓ Construção de maquetes (de ambiente de seres ou coisas);
- ✓ Pesquisa de campo;
- ✓ Experimentação na sala, na escola, fora da escola etc.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA/HISTÓRIA

OBJETIVOS:

- ✓ Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelece com outros tempos;
- ✓ Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais;
- ✓ Estabelecer relações entre o presente e o passado;
- ✓ Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade reconhecendo como em direitos dos povos e indivíduos;
- ✓ Realizar as diversas comemorações cívicas com os alunos da escola;
- ✓ Identificar onde você se localiza dentro do mundo.

CONTEÚDOS:

- ✓ A comunidade;
- ✓ Os grupos sociais (família, igreja etc.);
- ✓ O modo de vida no passado e no presente;
- ✓ A importância da cooperação da comunidade;
- ✓ Alguns tipos de comunidade (família, escola, a rua, o bairro e igreja);
- ✓ Para que serve a escola;
- ✓ Rua (localização especial).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Bairro (tipo de bairro);

Apresentação do próprio grupo de convívio do aluno na qual o aluno faz parte e sua relação com os demais;

Identificação das classes existentes e modo de vida das mesmas;

Apresentação de como as pessoas no passado através de figuras e no presente;

Valorização da cultura local, danças regionais, comidas típicas, festa junina, festa do padroeiro;

Realização de datas comemorativas constantes no calendário escolar com a participação do alunado;

Identificação da comunidade da cidade do estado do país.

ATIVIDADES

- ✓ Fazer entrevista, construção de jornal, mural, contexto produzido pelos alunos sobre a história da cidade, bairro e grupos sociais;
- ✓ Representar o espaço por meio de mapas;
- ✓ Visita para o aluno observar descrever;
- ✓ Desenhos, livros, colagens mostrando o ambiente do seu bairro, dramatização, danças, músicas que represente seu costume local e de outras regiões;

- ✓ Visita à Prefeitura, à Secretaria Municipal consultório médico para compreender sua organização;
- ✓ Identificação das manifestações folclóricas.

DISCIPLINA: RELIGIÃO

OBJETIVOS:

- ✓ Saber a importância da bíblia;
- ✓ Diferenciar capítulos de versículos;
- ✓ Criar mensagens;
- ✓ Incentivar a pesquisa em grupo e individual;
- ✓ Tirar mensagens de textos e pesquisas;

CONTEÚDOS:

- ✓ Textos bíblicos;
- ✓ Ilustrações;
- ✓ Pesquisas;
- ✓ Interpretações;

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- ✓ O manuseio do uso da bíblia em classe;
- ✓ Criações de mensagens com base em textos lidos;;
- ✓ Ilustrativos;
- ✓ Mostrar ao aluno a selecionar a idéia principal do texto;

ATIVIDADES

- ✓ Pedir ao aluno que tragam a bíblia para a sala de aula;
- ✓ Mostrar a todos a importância e diferença da bíblia em relação a todos os outros livros que eles tem;
- ✓ Levar a aluno a respeitar as escrituras da bíblia;
- ✓ Leituras constantes dos textos ou mensagens;
- ✓ Interpretação dos textos lidos;
- ✓ Exercícios mimeografados, escritos ou orais.

ATIVIDADES

- ✓ O aluno será avaliado de forma continua;
- ✓ Comportamento, respeito ao próximo;
- ✓ Pela pratica desenvolvida em classe e extra – classe;

MOVIMENTO ESCOLAR

SÉRIE: 1ª		
ANO:2003	QUANTIDADE	%
Matrícula inicial	136	100
Aprovação	85	62.5
Reprovação	25	18.4
Evasão	14	10.3
Transferência	12	8.8

SÉRIE: 2ª		
ANO:2003	QUANTIDADE	%
Matrícula	96	100
Aprovação	66	68.7
Reprovação	15	15.6
Evasão	04	4.2
Transferência	11	11.5

SÉRIE: 3ª		
ANO:2003	QUANTIDADE	%
Matrícula inicial	74	100
Aprovação	36	48.6
Reprovação	27	36.5
Evasão	05	6.8
Transferência	06	8.1

SÉRIE: 4ª		
ANO:2003	QUANTIDADE	%
Matrícula inicial	61	100
Aprovação	38	62.3
Reprovação	14	23
Evasão	06	9.8
Transferência	03	4.9

FONTE: SECRETARIA DA ESCOLA MUN. DE ENS. FUNDAMENTAL CRIANÇA FELIZ.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CRIANÇA
FELIZ**

RELATÓRIO

Rel. nº 01

Relatório da ação nº 06, utilizar os recursos do PDE para ministrar as aulas de reforço nas 1ª séries, do Objetivo Estratégico 0.1, estratégia 1.1.01.

As aulas de reforço iniciaram-se em março de 2003. Os professores das 1ª séries estão utilizando os recursos do PDE da seguinte maneira: jogos de sílabas para os alunos ler e formar palavras. Alfabeto móvel para que os alunos possam pegar e conhecer as várias formas de letras, separar vogais das consoantes e até mesmo formar sílabas.

São Domingos do Araguaia, 14 de março de 2003

Silvana Cabral Neres
Líder de Objetivo

Ana Maria Souza dos Santos
Gerente de Meta

Roseanea Oliveira da Silva
Acionista

Maria Nilza Cabral da Cruz
Maria Nilza Cabral Cruz
Coordenadora

Francisco Tomé de Freitas
Francisco Tomé de Freitas
Diretor

RELATÓRIO Nº 01/2003

Pelo presente vimos informar ao Ministério da Educação – MEC e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que as ações financiadas não foram realizadas no **Ano Letivo de 2001**, porque os recursos totalizados não foram disponibilizados conforme o previsto.

Com relação ao **Objetivo Estratégico 01**, corresponde: **Elevar o desempenho acadêmico dos alunos**. Meta 1.1.1, constam as seguintes ações financiadas: 02 – **Adquirir 20 jogos pedagógicos diversos de Matemática**, tendo como custeio SEE/SME no Valor de R\$ 380,00 (Trezentos e Oitenta Reais). Observando a Meta 1.1.2, que corresponde ao mesmo objetivo tem como ação nº02 – **Adquirir 20 jogos pedagógicos diversos de Português**, tendo como agentes financiadores em custeio SEE/SME no Valor de R\$ 736,00 (Setecentos e Trinta e Seis Reais); e ação nº03 – **Adquirir 06 quebra-cabeças geográficos**, tendo como custeio SEE/SME no Valor de R\$ 334,00 (Trezentos e Trinta e Quatro Reais).

Cabe ainda ressaltar o que aconteceu com o **Objetivo Estratégico 02**, corresponde: **Melhorar a gestão escolar definindo objetivos e metas**. Meta 2.2.1, constam as seguintes ações financiadas: 01 – **Adquirir um kit de informática** contendo uma impressora e um nobreak, tendo como financiadores em capital o FUNDESCOLA no Valor de R\$ 66,00 (Sessenta e Seis Reais) e Capital SEE/SME no Valor de R\$ 544,00 (Quinhentos e Quarenta e Quatro Reais). A ação nº 02 – **Adquirir 10 disquetes para micro**, financiada em custeio pelo FUNDESCOLA no Valor de R\$ 20,00 (Vinte Reais), e ação nº 03 – **Adquirir dois cartuchos de tinta para micro**, financiada em custeio pelo FUNDESCOLA no Valor de R\$ 100,00 (Cem Reais).

Sendo que as referidas ações foram planejadas objetivando um sistema de parceria entre a Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia, através da Secretaria Municipal de Educação na qual deveria arcar com 30% do valor que equivale a R\$ 1.860,00 (Hum Mil e Oitocentos e Sessenta Reais), e que a referida Prefeitura solicitou o projeto para prestar conta, se comprometendo a efetivar o depósito na conta do Conselho Escolar e que o mês de Junho de 2003 não havia sido realizado.

Diante do exposto lamentamos muito por tal fato, pois quem perde com esse descompromisso são as nossas crianças que procuram a escola com tanta vontade de aprender e crescer no seu desenvolvimento sócio-econômico, cultural e social.

Maria Nilza Cabral da Cruz
Coordenadora do PDE

Luís Augusto dos Santos
Presidente do Conselho Escolar

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CRIANÇA
FELIZ**

OB.01

RELATÓRIO FINAL DO PDE ANO 2003

Pelo presente vimos informar que as ações não financiadas do PDE 2003 da Escola Municipal de Ensino Fundamental Criança Feliz foram realizadas conforme o previsto, para o bom andamento das atividades escolares.

Assim sendo, relatamos abaixo todas as ações não financiadas;

- AÇÃO Nº 01. Fazer um levantamento das dificuldades dos professores de Língua Portuguesa e Matemática nas 1ª séries.
- AÇÃO Nº 02. Fazer um levantamento das dificuldades dos professores de Língua Portuguesa e Matemática nas 1ª séries.
- AÇÃO Nº 03. Elaborar um programa de aulas de reforços para as disciplinas críticas.
- AÇÃO Nº 04. Ministrando 04 aulas de reforço mensais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nas 1ª séries.
- AÇÃO Nº 06. Utilizar recursos do PDE para ministrar as aulas de reforço nas 1ª séries.
- AÇÃO Nº 07. Elaborar um projeto de Feira Cultural Interescolar.
- AÇÃO Nº 10. Realizar uma Feira de Cultura Interescolar.
- AÇÃO Nº 12. Capacitar 30 professores das 1ª séries em metodologia da Língua Portuguesa e matemática, com carga horária de 30h.

Sendo só para o momento passamos a assinar o presente relatório sob nossa responsabilidade.

São Domingos do Araguaia, 12 de março de 2003

Silvana Cabral Neres
Líder de Objetivo

Ana Maria Souza dos Santos
Gerente de Meta

Acionista

Maria Nilza Cabral da Cruz
Maria Nilza Cabral Cruz

Coordenadora

Francisco Tomé de Freitas
Francisco Tomé de Freitas
Diretor

FNDE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE**

cod.ENDA 1215. 1º

Entidade: CONS ESC DA ESC MUN PF : ESCOLAR CRIANÇA FELIZ
C.G.C.: 02.229.503/0001-69

Em pensão

IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO

Programa: FUNDESCOLA

Nº Convênio Original: 0000000093335/2001

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL

Agência: 0565-7 - MARABÁ

Conta corrente: 00000017732-6 - CE EPG ESC MUN PRE E-FUNDESCOLA

Valor detalhado do crédito:

Custeio: R\$ 2.604,00 Capital: R\$ 1.736,00

Preferido 1.860 - 30%

TOTAL: R\$ 4.340,00

Forma de Liberação: 1 de 1

Nº Ordem Bancária: 817883 Data da Ordem Bancária: 22/12/2001

Prezado(a) Senhor(a),

O dinheiro para execução do programa indicado encontra-se creditado na conta corrente acima.

Em caso de dúvidas ou para obtenção de maiores informações, compareça à agência do Banco acima especificado levando esta carta.

Outras informações poderão ser obtidas por intermédio da internet www.fnde.gov.br, ou pelo telefone **0800 61 61 61**.

Atenciosamente,

MÔNICA MESSEMBERG GUIMARÃES
Secretária-Executiva do FNDE

*PRO ASSOCIAR O
USO DE CONTAS
PARTICULARES
PPE 2003*

até 10/06

*entrega na
conta da*

*Orçamento
2002*

INSTRUÇÕES INTERNAS DO BANCO DO BRASIL

LIC 3-8-7 - Abertura de conta/regularização de documentos

LIC 3-7-10 - Transferência de Conta

DÚVIDAS - Contato com o Núcleo Governo da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL

Questionário para levantamento de dados para a monografia – Escola Criança Feliz

Roteiro de entrevista para equipe técnica da escola

- Ano e início de funcionamento.
- Quantidade e função dos gestores da escola (diretor, vice-diretor, coordenadores pedagógicos,...).
- Situação funcional do corpo técnico (concursado/ contratado).
- Autorização CEE.
- Histórico da escola.
- Quantidade de professores
- Situação funcional dos professores (concursados/ contratados).
- Quantidade de alunos.
- Existem programas de melhoria de ensino na escola que estão sendo aplicados para o melhor desenvolvimento do ensino fundamental?
- De que forma os recursos financeiros são aplicados na escola?
- Existem projetos pedagógicos de melhoria do ensino escolar fundamental? Quais os seus impactos?
- Que outros comentários você faria sobre as dificuldades encontradas no ensino fundamental?

Recebido em 25/02/05
Santos